



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BEATRIZ DE OLIVEIRA ANDRADE

**FRAGMENTOS DE PERTENCIMENTO E AGÊNCIA:
NARRATIVAS PERIFÉRICAS DO DISTRITO FEDERAL, DA VILA DO
IAPI À CEILÂNDIA**

Brasília, novembro de 2021



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

BEATRIZ DE OLIVEIRA ANDRADE

**FRAGMENTOS DE PERTENCIMENTO E AGÊNCIA:
NARRATIVAS PERIFÉRICAS DO DISTRITO FEDERAL, DA VILA DO
IAPI À CEILÂNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada/bacharel em História.

Orientadora: Prof. Dra. Cristiane de Assis Portela

Brasília, novembro de 2021

ANDRADE, Beatriz de Oliveira. *Fragmentos de pertencimento e agência: narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia* [Trabalho de Conclusão de Curso em História]. Brasília, DF: Departamento de História- UnB, 2021.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cristiane de Assis Portela

HIS/UnB (Orientadora)

Prof. Ms. Eliane Cristina Brito de Oliveira

SEDF, Uniprojeção (Membro Externo)

Profa. Dra. Susane Rodrigues de Oliveira

HIS/ UnB (Membro Interno)

Distrito Federal, 04/11/2021

Dedico este trabalho aos meus pais, Iolanda e Antônio, pelo apoio incondicional, e a toda a comunidade da Ceilândia, por me inspirar a desdizer caminho.

Da nossa memória fabulamos nós mesmos.

Filme Branco Sai, Preto Fica, 2015

Adirley Queirós

Ceilândia, DF

ANDRADE, Beatriz de Oliveira. *Fragmentos de pertencimento e agência: narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia* [Trabalho de Conclusão de Curso em História]. Brasília, DF: Departamento de História- UnB, 2021.

Resumo: O presente trabalho se destina a contar outras histórias sobre o Distrito Federal a partir da história da Vila do IAPI e da fundação da Ceilândia, atual Região Administrativa do DF, cidade de periferia distante trinta quilômetros do Plano Piloto de Brasília. A Ceilândia foi criada em 1971 durante o governo de Hélio Prates da Silveira, com o intuito de remover a população das vilas que se construíram ao redor do Plano Piloto durante a construção, trazendo desde a sigla que origina o seu nome as marcas simbólicas de sua historicidade: CEI, Campanha de Erradicação de Invasões. A análise toma como fonte documental principal, relatos orais de homens e mulheres, moradoras e moradores da Vila do IAPI, que viveram o processo de remoção para a recém criada Ceilândia, e foram entrevistados(as) pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF). Também compõem o escopo documental, fontes localizadas no acervo de periódicos da Hemeroteca da Biblioteca Nacional, além de registros textuais localizados no acervo do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF); ambas as fontes estão digitalizadas em boa resolução e disponíveis para acesso público, virtualmente. Fazendo frente ao apagamento destas e destes sujeitos na história hegemônica sobre o DF, a investigação se volta para as suas trajetórias pessoais e para as representações sociais construídas em torno do tema, em busca de vestígios de agenciamento histórico nesse processo duplo, de pertencimento e de re(territorialização), tanto nas vilas como na cidade recém criada para os receber.

Palavras-chave: Periferia; Ceilândia; Vila do IAPI; Distrito Federal; Agenciamento histórico; Pertencimento; Re(territorialização).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1. Brasília, o paradigma do apagamento e aqueles que “des-disseram” caminho	15
1.1. Invasão ou Insurgência?.....	19
CAPÍTULO 2 – Remoção, a face higienista do apagamento	30
2.1. E a Vila se fez bosque	31
2.2. Solução sanitária e humanitária de um problema	40
CAPÍTULO 3 – Ceilândia, terra de esperança e do minhocuçú	48
3.1. E o que era festa virou melancolia	49
3.2. A cidade, criação da comunidade	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS	62
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64

Introdução: Trajetória de pesquisa e reflexões metodológicas

O meu primeiro contato com o que viria a ser o tema deste trabalho de conclusão de curso se deu durante a escrita do meu primeiro trabalho na graduação. Deveríamos escrever um verbete histórico para a disciplina de Introdução ao Estudo da História. O tema era livre e num primeiro exercício de aproximar os dois mundos nos quais transito, o ambiente acadêmico e a periferia do Distrito Federal, me propus a pesquisar pela primeira vez a história da cidade onde nasci. Descobri um museu da Ceilândia. Descobri que eu estava na história também, que a comunidade onde cresci tem história, me comprometi, então, a investigar essa história. Inspirada em bell hooks, me voltei ao conhecimento acadêmico como portal também de cura, como meio de entender o contexto que me cerca.¹

A partir da ideia geral de contar outras histórias do DF, especificamente a história da Ceilândia, de sua formação e de seus moradores, passei a buscar material que pudesse servir de fonte para minha investigação. A ideia inicial era utilizar as fichas de pesquisa que constituem parte do acervo da Casa da Memória Viva, o museu da Ceilândia criado por um professor de história da cidade e que foi objeto do meu primeiro verbete histórico.

Comprometida em investigar mais a fundo a história da Ceilândia, ainda com a expectativa de contato com o acervo da Casa da Memória Viva, comecei a ler as primeiras referências bibliográficas em busca de melhor delimitar o tema e o objeto da investigação. A partir da leitura de Milza Guilde, *Os Incansáveis Moradores da Ceilândia*, me deparei com o apagamento dessa população da história do DF, a população que trabalhou na construção e que posteriormente fora expulsa do centro da capital, sobretudo a partir das análises que a autora faz sobre os discursos de Juscelino Kubitschek e Lúcio Costa², comumente apresentados como personagens principais da história do DF.

A leitura dos discursos, à luz das análises da autora, me despertou uma primeira inquietação: essa população figurava nesses discursos como peças. Me perguntei: como puderam construir uma cidade pré-estabelecendo a população que a habitaria sem considerar aquelas e aqueles que foram convocados para sua construção? Encontrei aí uma primeira desumanização dessa população, não compreendida enquanto agentes históricos, com interesses próprios neste território, não cotada como população possível para esta cidade.

¹ HOOKS, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

² GUILDI, Milza. *Incansáveis moradores de Ceilândia*. Brasília: Edição do Autor, 2013, p. 28-32.

Eram entendidos mesmo como peças, que ocupam e desocupam o território da forma prevista pelo Plano Diretor da cidade.

O conceito de Mariana Setúbal (2018), para quem Brasília se constitui enquanto paradigma do apagamento, veio de encontro a esta inquietação inicial, e fazendo coro com a autora entendi: só dá para falar de Brasília se nos voltarmos para aquilo que falta, para aquilo que foi apagado nas narrativas hegemônicas sobre a cidade, guiadas pelo sonho utópico (e trágico) que silencia sobre tudo aquilo que não condiz com o Plano Piloto³. As vilas operárias figuram como um desses elementos silenciados nas narrativas hegemônicas, aparecem na maior parte da bibliografia sobre o DF sob definições generalizantes, sem investigações mais aprofundadas sobre a vida ali, sobre o cotidiano nestes territórios, ou sobre suas populações, outro elemento apagado das narrativas hegemônicas, apresentadas sobre o termo generalizante “candango”, sempre restrito à relação da massa trabalha com a construção, sem subjetividades, sem agência, sem relação com o território.

Assim, algumas perguntas iniciais começaram a nortear a investigação: como podemos contar essa população como coletivo de sujeitos, com agência, com subjetividade, rompendo com essas narrativas que os coisificam? Como podemos pensar sua relação com o território do Distrito Federal para além da interdição à permanência dessa população pela utopia modernista? Essas questões só ganharam substantividade a partir do contato com as fontes.

Impossibilitadas de acessar o acervo do museu da Ceilândia, devido ao contexto de isolamento social decorrente da pandemia que enfrentamos atualmente, partimos para buscas no Arquivo Público do Distrito Federal onde encontramos o II Catálogo de Depoimentos Oraís produzidos pelo Programa de História Oral do arquivo e que se destinava a contar as histórias de fundação de cidades do DF, entre elas, a Ceilândia. Foi então que encontramos com os relatos orais dos primeiros moradores e moradoras da Ceilândia, bem como de agentes sociais atuantes no processo de remoção e de consolidação da cidade.

A leitura inicial das fontes se contrapôs fortemente aos apagamentos antes localizados. Através dos relatos desses homens e mulheres, os espaços vazios e as generalizações das narrativas hegemônicas sobre o DF foram ocupadas por um quadro complexo: uma população atuante em todo processo, movida por seus próprios interesses, construtoras de laços com esse território. Fomos também aí apresentadas a um cenário pouco

³ SETÚBAL, Mariana. “Distopia e Reparação política na Ceilândia de Adirley Queirós”. *Revista Urbana*, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, v.10, n.3, set/dez 2018. (pp. 570-590) p.583.

citado da história do DF: a Vila do IAPI, com suas ruas nomeadas, com seus comércios, seus bares e prostíbulo, sua população organizada pelas redes de vizinhança, com uma associação de moradores atuante e uma relação conturbada com a administração do Distrito Federal.

Com a leitura inicial das transcrições das vinte e quatro (24) entrevistas foi possível definir de forma mais clara o tema do trabalho e o objeto de investigação a partir dos temas que se sobressaíam nas entrevistas, sendo três os principais: a vida na Vila do IAPI, o processo de remoção e a chegada na Ceilândia. A partir daí foram definidos os três capítulos da presente monografia, bem como a questão norteadora de todo o trabalho: como pensar o agenciamento histórico dessas pessoas nessa história e seu pertencimento com o território do Distrito Federal, a partir da Vila do IAPI e da Ceilândia?

Partindo do questionamento de Paul Thompson: como escolhemos a quem ouvir? Que voz do passado será ouvida?⁴ E tendo em vista a função social da história, como propõe o autor, é que tomamos como fonte principal os relatos orais, reconhecendo a importância da história para a comunidade e a potencialidade de uma história mais democrática e socialmente consciente a partir desta metodologia que “pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras”⁵. Assim é que toda a construção do trabalho parte dos temas que se sobressaem nos relatos desses homens e mulheres, pioneiros e pioneiras da Ceilândia.

Em um segundo momento da pesquisa, nos comprometemos a procurar outras fontes que pudessem complementar e complexificar o quadro de análise. Assim, buscamos no Correio Braziliense, através da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, ocorrências sobre a Vila do IAPI e, posteriormente, sobre a Ceilândia, com o intuito de compreender como a mídia apresentou a Vila e sua população, como noticiou o processo de remoção e como em seguida foi apresentada a Ceilândia. Buscamos também, no site do Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal, os decretos que nortearam o processo de remoção com o intuito de analisar as medidas legais que conduziram todo esse processo. Além disso, buscamos no mesmo site pelas ocorrências sobre a Vila do IAPI e a Ceilândia nos Diários Oficiais do DF, com o intuito de compreender a abordagem feita pela administração pública, como fizemos com o jornal⁶.

⁴ THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p.10.

⁵ *Ibid.*, p. 22.

⁶ As buscas no jornal, através da hemeroteca digital, bem como nos Diários Oficiais, pelo site do Sistema Integrado de Normas Jurídicas, compreenderam a busca filtrada pelas palavras IAPI e posteriormente Ceilândia no período entre 1968 e 1971, período delimitado pelo ano de publicação do primeiro decreto que previa a remoção da população da Vila e o ano de finalização da remoção para a Ceilândia.

A análise dos artigos do Correio Braziliense, dos decretos e das edições do Diário Oficial do DF, nos auxiliaram na construção de um panorama mais amplo e complexo dos eventos analisados, ao nos depararmos com narrativas diferentes e conflituosas sobre essas histórias investigadas. Fomos apresentadas a novos elementos que destoavam e dialogavam com as narrativas dos relatos orais. A partir da divisão dos três temas, construímos o texto a partir do que Walter Benjamin denominou de mosaico de citações⁷. Assim, cada capítulo foi formado a partir do conjunto de citações das três fontes, agrupando os diferentes discursos sobre esses eventos por tema, a fim de investigarmos as disputas narrativas aí ensejadas entre os relatos dos moradores, o discurso da mídia e o do poder público. Nossa análise foi guiada pela busca de elementos que nos permitissem elaborar uma narrativa contra-hegemônica, os fragmentos de pertencimento e agência, em oposição aos apagamentos e as generalizações construtores da história do Distrito Federal, assim é que tecemos, entre as citações, a narrativa aqui apresentada.

Em um primeiro momento, pensamos em utilizar os relatos como um ponto de partida que valesse para pensar o ensino de história como ferramenta potente para a enunciação de narrativas históricas periféricas. No entanto, a análise preliminar das transcrições das vinte e quatro entrevistas dos primeiros moradores da Ceilândia, em conjunto com os elementos analisados no Correio Braziliense e no Diário Oficial, nos apresentou um quadro complexo, com elementos potentes para uma investigação historiográfica mais profunda. Nos deparamos com realidades históricas silenciadas e apagadas pela narrativa hegemônica da história do DF, centrada na construção de Brasília e em seus idealizadores. Fui apresentada a outras histórias do Distrito Federal e da Ceilândia, e é do esforço de levar estas outras histórias à público que nasce o presente trabalho.

Alvorada de um novo tempo. Centro irradiador do progresso brasileiro. Capital da Esperança. É essa descrição entusiasmada que compõe o cenário de Brasília, cidade inaugurada em 21 de abril de 1960, e que figurou nos discursos presidenciais de Juscelino Kubitschek, conhecido como JK, no contexto de construção da nova capital do país⁸. Não é

⁷ Conforme nos informa Hanna Arendt ao apresentar a satisfação do autor ao escrever *Origem do drama barroco alemão* declarando orgulhoso que “escrever consiste largamente em citações - a mais louca técnica mosaica imaginável”. ARENDT, Hanna. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.160.

⁸ Os discursos presidenciais podem ser encontrados no site da Biblioteca da República.

por acaso que tamanho entusiasmo e investimento em propagandas tenha atraído grande número de migrantes das mais diversas regiões do país, em certa medida para fazer parte deste grande feito, mas, principalmente, pela busca de melhores oportunidades de vida a partir do vasto mercado de trabalho aberto por esta empreitada.

Entretanto, a cidade planejada tinha também traçado em seu Plano as linhas da população ideal: nascera para ser sede do governo federal, abrigo dos dirigentes políticos do país e de toda sua malha de burocratas (HOLSTON, 1993). Aos homens e mulheres que saíram de seus territórios de origem para atuar na construção da nova capital, foi determinado um lugar histórico: o de passagem. Após inaugurada a cidade, estes e estas deveriam retornar para suas cidades natais, finalizando sua missão para com a nação brasileira.

Esses/as sujeitos/as figuraram nos discursos dos dirigentes do Plano Piloto enquanto peças operacionais para sua consolidação.⁹ Contudo, na condição de sujeitos e não peças, esses homens e mulheres subverteram os traços racionalmente planejados do ideal urbanista moderno e permaneceram no território. É assim que surgem as chamadas vilas operárias, dentre elas, a Vila do IAPI, objeto da presente investigação. As vilas operárias tinham desde sua concepção um caráter provisório. Contudo, inaugurada a capital em abril de 1960, a população concentrada aos redores do Plano Piloto já superava em muito os números previstos pelo planejamento urbano para a demografia ideal da cidade¹⁰.

Depois da inauguração de Brasília, a questão das vilas operárias, chamadas naquele momento de invasões, tornou-se um problema a ser resolvido pela administração, que propunha a sua erradicação. Assim é que Brasília se constrói, como paradigma do apagamento.¹¹ Apagamento das trajetórias desses homens e mulheres comuns da história e do território do Distrito Federal. Com o intuito de romper com os apagamentos construtores de Brasília, que foram perpetuados em parte da historiografia, é que nosso olhar aqui se volta para os relatos orais dessas pessoas comuns que viveram o processo de remoção da chamada Vila do IAPI e adjacências (1971) para um novo território designado: a Ceilândia, hoje, uma Região Administrativa do Distrito Federal, situada a cerca de 30km do centro da capital.

A história da construção da nova capital foi largamente trabalhada ao longo tempo, identificando diferentes momentos dessa construção historiográfica. Em linhas gerais, temos

⁹ Como fica evidente nas análises dos discursos de JK e Lúcio Costa empreendidas por CEBALLOS, Viviane Gomes de. *“E a história se fez cidade...” a construção histórica e historiográfica de Brasília*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: PPGHIS/Universidade de Brasília, 2005 e GUILDE (2013).

¹⁰ Segundo dados apresentados pelo Diário Oficial do DF, a estimativa do Plano Piloto era de uma população de 630 mil habitantes em 2050, já o censo de 1970 estimava a população em 550 mil. (DODF, 28/09/71, p.2)

¹¹ SETÚBAL (2018), p.588.

em um primeiro momento, ainda no contexto de construção e em sua primeira década, uma narrativa historiográfica que acompanha o tom apologético dos próprios discursos de JK, com ênfase na grandiosidade da obra, lendo-a como o marco de um novo tempo, como estratégia bem sucedida de superação do subdesenvolvimento do país e, sobretudo, como símbolo da modernidade brasileira.

Em um segundo momento, a partir da década de 1970, trazendo luz a alguns argumentos que críticos anti-mudancistas já acionavam nos debates políticos, a historiografia produz algumas críticas a essa empreitada, trabalhando elementos econômicos junto aos políticos e assim, destacando aspectos como os impactos da construção na economia do país, mas sem necessariamente romper com uma história que se estrutura em grandes marcos e nos quais os personagens continuam sendo os mesmos que já figuravam nas narrativas oficiais. Com uma maior visibilidade da “história vista de baixo” ou da “história dos vencidos” pela historiografia brasileira nos anos 1980 e 1990, às críticas político-econômicas se somam as dimensões de uma história social, onde os trabalhadores da construção passam a ser tidos não somente como adereços do discurso apologético de JK, mas trazem à tona, por exemplo, as difíceis condições de trabalho em que estavam inseridos. É um momento em que se consolida a visibilidade aos chamados "candangos", trazendo essa categoria para um lugar de protagonismo na história do Distrito Federal. Podemos identificar este como um terceiro momento da historiografia do DF, conforme periodização proposta por Portela (2020).

Segundo a pesquisadora, um quarto momento se delineia mais ou menos desde os anos 2000, e este conjunto de produções está atento a uma pluralização dos sujeitos, fontes e abordagens. Em interlocução com pesquisas de outras áreas de conhecimento, como a arquitetura, a antropologia, a sociologia e as artes (com destaque para o cinema), historiadores e historiadoras têm se orientado pela busca por outras narrativas, se alinhando com perspectivas epistêmicas contra-hegemônicas que incidam também no âmbito da história pública e do ensino de História. É em consonância com uma produção historiográfica mais recente que se situa a presente pesquisa, na esteira do que propõe Holston (1993), Ceballos (2005), Setúbal (2018), Portela e Silva (2020). Com o intuito de sinalizar algumas lacunas presentes na historiografia sobre o Distrito Federal e fortalecer perspectivas contra-hegemônicas, duas premissas básicas centram o trabalho: a) reconhecer as múltiplas histórias que compõem o Distrito Federal, rompendo com a perspectiva hegemônica que restringe essa história à Brasília, por isso o recorte espacial aqui se situa fora do centro (Vila do IAPI e Ceilândia); b) propor uma mudança no foco narrativo, nem baseada nos heróis da construção de Brasília, nem restrita ao bloco genérico dos candangos, mas partindo das trajetórias

singulares de mulheres e homens que fizeram parte dessa história.

Assim é que me valho do conjunto de vinte e quatro relatos orais produzidos pelo Programa de História Oral do Arquivo Público do DF (ArPDF), na linha de pesquisa Fundação de Ceilândia. O principal objetivo é reconhecer o agenciamento histórico desses homens e mulheres e investigar as relações de pertencimento forjadas com esses territórios interditados, as vilas operárias provisórias. Trata-se de reconhecer essas relações para além dos apagamentos já mencionados, indo além do estigma social, ou do "problema favela", como se mencionava à época.

Para favorecer a interlocução com os relatos orais, consultamos também as publicações do Diário Oficial (DODF) entre os anos de 1969 e 1971, buscando compreender as medidas governamentais para a remoção da população do IAPI para a Ceilândia. Além disso, o corpus documental também está composto pelas publicações do Correio Braziliense no mesmo período, periódico local que veiculou diversas matérias sobre a Vila e sua população, acompanhando em seus editoriais a implementação da política de erradicação das "invasões".

Partindo da investigação das formas de agenciamento histórico e dos fragmentos de pertencimento territorial desses homens e mulheres, se desenham outros objetivos do presente trabalho: reconhecer o apagamento e a exclusão estruturantes da utopia dos idealizadores da capital, que foi perpetuada pelas narrativas hegemônicas; compreender a formação histórica da segregação socioespacial que forma o DF; mapear elementos contra-hegemônicos que permitam sinalizar outras narrativas sobre a história da construção de Brasília e da formação das periferias, em especial da Ceilândia.

No primeiro capítulo, intitulado **Brasília, o paradigma do apagamento e aqueles que "des-disseram" caminho**, buscaremos compreender, primeiramente, a interdição imposta a esses sujeitos em relação ao direito à cidade. Em seguida traremos elementos que permitam pensar as relações desses sujeitos com a Vila do IAPI, a partir de suas próprias experiências, contrapondo os cenários apresentados nas três fontes: nos relatos orais, nas publicações do DODF e em matérias do Correio Braziliense.

Sob o título **Remoção, a face higienista do apagamento**, o segundo capítulo trata do processo de remoção da população da Vila para a Ceilândia, analisando os argumentos sustentados pelo governo para tal empreitada em contraposição às vivências dos próprios moradores desse processo. Se de um lado, a remoção figura enquanto resolução de um problema pela administração, do outro significou um processo violento de segregação da população que, atuante neste processo, fora movida também por seus próprios interesses, mas

que ao fim e ao cabo acabam por não se concretizar como o esperado.

O terceiro capítulo, **Ceilândia, terra de esperança e do minhocucu**, investiga a forja da nova cidade Ceilândia, descrita pelos moradores em termos que se assemelham ao apocalipse bíblico em marcante contraste ao quadro positivo elaborado nas narrativas tanto do DODF quanto do Correio Braziliense. Nestes, Ceilândia figura como a solução humanitária do problema social das invasões, modelo a ser seguido pelo restante do país. Ceilândia aí é entendida quase como a nova Brasília. Esperamos com isso trazer à tona outros cenários e sujeitos que compõem a história do Distrito Federal, além da capital e do consagrado panteão de heróis, reconhecendo lacunas na historiografia e contribuindo para a elaboração de um quadro mais complexo de análise.

Capítulo 1. Brasília, o paradigma do apagamento e aqueles que “des-disseram” caminho

“Em estudo o problema das invasões no DF”¹². Era o que anunciava a principal manchete da página de abertura do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) em 19 de janeiro de 1969. O texto que se seguia tratava de noticiar a criação da comissão encarregada de “estudar soluções” e apresentar um plano ao prefeito, de modo que se pusesse fim a um dos maiores problemas da nova capital naquele momento: as “invasões”¹³. É o que previa o decreto n. 835 de 16 de outubro de 1968, assinado pelo governador da época, Wadjô da Costa Gomide, sob o propósito de criar a Comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios e dar outras providências.

Para entender o que significavam as “invasões” nesse contexto de fins dos anos 1960 e começo dos anos 1970 no Distrito Federal, o presente capítulo se volta às concepções de cidade que ergueram Brasília e determinaram o direito à cidade. Indo além, pretende-se aqui também conhecer mais destas chamadas “invasões”, especificamente a maior delas, a Vila do IAPI. Para além das interdições ao território, estamos em busca de vestígios de outros cenários, distintos das imagens negativadas e da designação generalizante, buscando compreender o que figura nos relatos de seus moradores e moradoras como um cotidiano possível.

1.1. O paradigma do apagamento

Durante o século XX o Brasil viveu um intenso processo de migração da população do campo para as cidades¹⁴. Nesse processo de urbanização se constroem novos entendimentos sobre o que é a cidade, suas formas de disposição e os hábitos de sua população. É a emergência da cidade moderna no contexto brasileiro. Essa transformação nos sentidos do urbano repercute também na historiografia, lançando novas formas de se analisar a cidade. Para o campo da Nova História Cultural, a cidade moderna passa a ser analisada não

¹² Diário Oficial do DF, 19/01/69, p.1. Disponível em: http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Diario/feb2c015c29a4454801312b1ea35a307/484ab7ed-0f69-354b-a03f-1c8f25bb52c3/arg/0/DODF_0015_29011969.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

¹³ Conforme previa o decreto N. 835 de 16 de outubro de 1968, assinado pelo governador da época Wadjô da Costa Gomide.

¹⁴ Segundo dados apresentados por Hobsbawm a população camponesa do Brasil caiu quase pela metade no período entre 1960-1980. HOBBSAWM, Eric J. Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 228.

só como cenário, mas ela mesma é percebida como personagem. As pesquisas históricas passam a incidir também sobre as representações construídas acerca da cidade. Somado aos fatores econômicos, políticos e sociais, trata-se de “resgatar discursos e imagens de representação da cidade que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais” (PESAVENTO, 2005, p. 46).

Os discursos e imagens construtores de Brasília evocam a modernidade a partir de sua urbanização e arquitetura, anunciando “o marco de uma nova era”, a “redenção econômica do país”, a “porta de um novo mundo”.¹⁵ A Meta Síntese de JK, sonhada por Dom Bosco e esperada desde o império, prometia erguer mais do que uma bela cidade, a ideia era inaugurar um novo tempo: o tempo da modernidade brasileira, do desenvolvimento econômico, do fim da história de atraso e de subdesenvolvimento nacional. Com suas bases fincadas na doutrina modernista, pretendia-se erguer a cidade como materialização de uma utopia.

Como bem analisou Holston (1996), a doutrina modernista propõe o planejamento e a arquitetura como soluções para a crise da sociedade capitalista industrial, através da proposta de futuros imaginados, utópicos, corporificados em seus planos diretores, segundo as cidades-modelo do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Para alcançar a cidade imaginada se prima pela ordem, pela racionalidade e pela funcionalidade.

Nesse modelo de cidade, o Estado é quem tem a função de conduzir a esse futuro cristalizado no plano através de uma dada administração da vida social, de forma que esse Estado planejador deve criar meios de impor uma nova ordem que corresponda a uma utopia planejada. Conforme lembra Holston (1996), se necessário, está autorizado a utilizar técnicas de choque para a apropriação subjetiva dessa nova ordem, impossibilitando a existência daquelas formas indesejadas (HOLSTON, 1996, p.246).

Com base em sua principal função, ser a sede administrativa do governo federal, a utopia construtora de Brasília tinha pré-estabelecido em seus traçados a métrica de sua população ideal: os governantes do país e toda sua malha burocrática de funcionários públicos. Em consonância com a utopia modernista, na linha de “Brasília alvorada de um novo tempo”, que apaga e se aparta de toda a história anterior, a inauguração da capital pretendia apresentar uma cidade vazia, pronta para ser ocupada por aqueles para quem fora construída (HOLSTON, 1993, p.199).

Ainda segundo o autor, houve uma organização institucional para povoar a cidade

¹⁵ Esse panorama das imagens cristalizadas de Brasília foi traçado a partir dos títulos e das reportagens publicadas pelo Correio Braziliense e a Revista Brasília por Viviane Ceballos em sua dissertação “*E a história se fez cidade...*” a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: PPGHIS/Universidade de Brasília, 2005, p.64

planejada através do Grupo de Trabalho de Brasília (GTB). Criado por JK em 1958 e sob direção de João Guilherme de Aragão, o grupo tinha como tarefa cuidar de todo o procedimento de transferência da estrutura burocrática, dos órgãos governamentais e do funcionalismo público para a nova capital. Enquanto isso, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP) era encarregada de recrutar aqueles que deveriam construir a cidade, portanto:

Esses critérios (de distribuição de direito à propriedade) segmentaram a população em duas unidades de recrutamento com acesso diferenciado ao âmbito público: uma recrutada pela NOVACAP para a construção da capital, que o governo destituiu dos direitos de morar na nova cidade; a outra, recrutada pelo GTB para a burocracia da capital, que o governo contemplou com uma variedade de direitos de assentamento, dos quais o mais importante era o de morar nos apartamentos construídos pelos trabalhadores. (HOLSTON, 1993, p.204).

Dessa forma, é possível pensar que a segregação socioespacial do DF fora desde o princípio, institucionalizada. A partir do estabelecido em sua utopia, os dirigentes de seu Plano demarcaram um lugar específico na história e no território da cidade à população que a construiu: o lugar da passagem. Esse talvez seja um diferencial de Brasília com relação às reformas urbanas do século XX que inspiraram sua idealização. Enquanto no Rio de Janeiro¹⁶, por exemplo, o processo de urbanização e reforma moderna da cidade expulsou a população mais pobre para longe do centro, a construção de Brasília se iniciou com a convocação da massa trabalhadora por JK e com uma quase imediata expulsão destes sujeitos. É a aceleração desse processo, comum a outros contextos urbanos, que torna ainda mais emblemático e *sui generis* o caso da nova capital. Neste contexto, essa população migrante figura enquanto peça auxiliar à consolidação do sonho Brasília, que deve ocupar e desocupar o território em momentos oportunos, tendo seu regresso aos territórios de origem como itinerário obrigatório, já que desde o início essa parte da população fora destituída do direito de permanência na cidade.

Portanto, Brasília antes de inaugurada tinha já suas terras reservadas a um perfil específico. Os trabalhadores que aí estavam desde 1957 não tinham lugar. Acontece que a realidade fugiu ao controle da utopia planejada, como reconheceu posteriormente o próprio urbanista Lúcio Costa:

¹⁶ Como aponta Jaime Benchimol sobre as reformas urbanas do Rio de Janeiro sobre a prefeitura de Pereira Passos no início do século XX. BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

[...] isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como uma coisa requintada, meio cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros verdadeiros que construíram a cidade e estão aí legitimamente. É o Brasil... e eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. é isto. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. *Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles.* Então eu vi que Brasília tem raízes brasileiras reais, não é uma flor de estufa como poderia ser, Brasília está funcionando e vai funcionar cada vez mais. Na verdade, o sonho foi menor que a realidade. (Lúcio Costa apud CEBALLOS, 2005, p. 54, grifos meus)

As “invasões” figuram como problema, pois significam a transgressão ao plano urbanístico racional que visa atender plenamente à função de sede do governo. É a transgressão da métrica populacional de burocratas por pessoas comuns, aqueles aos quais só foi reservado o lugar da passagem na história e no território da nova capital e que desdizendo caminhos, ficaram. Mais ainda, significa o fim da utopia de um novo Brasil, atropelado pela expressão de uma das maiores características do passado com o qual pretendia romper: a desigualdade social.

A inesperada dimensão da população que migrou em decorrência das oportunidades de emprego ofertadas pela construção da capital¹⁷, não figurando dentro do plano habitacional da cidade, fez com que fossem criados os seus próprios espaços de permanência. Dessa forma diversos conjuntos habitacionais espontâneos foram erguidos próximos ao Plano Piloto, sem nenhuma assistência do poder público, que parecia insistir no alcance da Brasília sonhada inicialmente.

Como representação do Estado, o Governo do Distrito Federal (GDF), recém criado em 1969, imbuído de sua função de administrar o social em prol da utopia modernista, buscou soluções “racionalis” para esse problema. A solução encontrada é posta em prática em 1971 e significou a remoção de cerca de 80 mil pessoas¹⁸ para longe do Plano Piloto, com o intuito de preservar algum vestígio do futuro imaginado para a capital, mesmo que às custas da captura do presente de grande parte da população ali residente.

Assim é que Brasília se constrói como paradigma do apagamento¹⁹, já que a utopia imaginada para o Plano Piloto pretendia apagar não só a história mais distante de um Brasil atrasado, mas também a história de sua própria construção e ocupação, negando à população

¹⁷ Como demonstram os dados apresentados em HOLSTON, James. *A cidade modernista: crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.246.

¹⁸ Segundo dados apresentados no próprio Diário Oficial, 16/07/70, p.2, onde consta em separado a população da Vila do IAPI, totalizando 60 mil pessoas.

¹⁹ SETÚBAL (2018).

que a construiu o direito de permanecer, selecionando a sua população de forma restrita à burocracia estatal. Tal apagamento é materializado na extinção da Vila do IAPI²⁰, cenário considerado impróprio para compor a história do DF imaginado, mas cujas imagens presentes nas memórias de seus moradores e moradoras, atravessam o tempo e nos chegam hoje, servindo como portas entreabertas, cujas paisagens nos permitem elaborar outras histórias do Distrito Federal, que escapam à métrica utópica.

1.2. Invasão ou Insurgência?

‘Rainha Tânia’ e ‘Matriz’ também são nomes de ruas, aos quais se juntam inúmeros outros, curiosos e engraçados, mostrando a imaginação das pessoas que as habitam. Entre outras denominações estão Barra Limpa, Rua dos Artistas, Morro do Sapo ou Buraco do Sapo, Rua da Paz, Rua do Sossego. Não faltou uma Rua Apollo 11, talvez uma homenagem simples a um feito extraordinário como foi o pouso na lua (Correio Braziliense, 17/10/71, p.23).

A citação acima é um trecho da matéria intitulada “O Lado Pitoresco do Censo”, escrita por Luiz Coutinho no ano de 1971 e que se destinava a contar do achado dos agentes do IBGE durante o VIII Recenseamento Geral de Brasília, em levantamento realizado na Vila do IAPI. Ainda que tido como “pitoresco”, mereceu lugar entre as notícias do dia o grande volume de nomes de ruas presentes naquela localidade. Aqui cabe apresentar questões importantes sobre o referido jornal para entender o discurso que sustenta e o impacto na sociedade e no período aqui analisado.

O Correio Braziliense faz parte dos Diários Associados, empresa criada por Assis Chateaubriand e composta pelas emissoras de rádio, TV e outros jornais do qual foi dono. O jornal nasceu junto com a capital em 21 de abril de 1960. Chatô (como era conhecido o empresário) tinha prometido a JK que se ele conseguisse inaugurar a cidade no tempo previsto fundaria aí um jornal. Se tornou o principal jornal de Brasília e o de maior circulação no Centro-Oeste, sua tiragem passou de 1.500 exemplares em 1963, para 24.500 em 1969. Os assuntos do jornal sempre tiveram intimamente ligados à cidade, desde a primeira edição cujo principal assunto foi a inauguração, passando posteriormente a se ater as alterações e

²⁰ É difícil precisar o surgimento da Vila, a primeira vez em que é citada no Correio Braziliense data de 22/05/1960, em reportagem que dá conta do surgimento de mais 2.000 barracos em 60 dias na quarta avenida da Cidade Livre, local onde segundo os relatos orais e as demais fontes analisadas se localizava-se a Vila do IAPI. No entanto, em reportagem sobre a vila em 05/10/69 é citado um morador que reside na Vila desde 1959, recuando um pouco mais o surgimento desta. Quando questionados sobre a duração da Vila, os moradores e moradoras se referem a um período impreciso de cerca de 10 anos, o que corrobora com essa reportagem do CB. Fato é que de meados dos anos 60, a Vila perdurou até a remoção de seus moradores em 1971.

preservações do plano urbanístico. Tinha bastante espaço para questões do funcionalismo público, tendo como importante público leitor no início os funcionários públicos da capital, além disso, o fato de estar na capital federal lhe garante um lugar de destaque nos órgãos públicos federais e entre os parlamentares²¹.

Essas questões são importantes para compreender o alcance do jornal, principal veículo de informações do e no Distrito Federal, sendo o principal jornal consumido pela população local, mas também referência para quem desejava se informar sobre o DF em outros estados, portanto, aquilo divulgado no Correio sobre o DF informava à outras partes do país, de uma determinada forma, o que aqui se passava. Outro aspecto importante a ser destacado é o público alvo principal do jornal, os funcionários públicos e parlamentares, o que influencia na forma como os assuntos são abordados no jornal, se dirigindo especialmente a este público.

Portanto, a narrativa construída no Correio Braziliense sobre a Vila do IAPI, sua população, bem como o posterior processo de remoção, corresponde a uma determinada leitura e representação do social, por um dado grupo, movido pelos próprios interesses, em um determinado contexto, conforme elucida Roger Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem a universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 2002, p.17)

Entendemos aqui representação, conforme o mesmo autor, enquanto processo de construção de sentido do real, classificação que estrutura o social num determinado local e contexto, considerando práticas discursivas como produtora de ordenamento (CHARTIER, 2002, p.28). Portanto, a investigação do presente capítulo, bem como dos demais, toma como base estas considerações para analisar as representações ensejadas pelos discursos do Correio Brasiliense e do DODF, tendo em vista também o apontamento de Tânia de Luca, de que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”²² contrapomos tais discursos e

²¹ As informações aqui apresentadas constam no verbete escrito por Flavia Biroli, no site do CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-tematicos/correio-braziliense>. Acesso em: 15 set.2021.

²² LUCA, Tânia. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla, *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008, p.139.

representações às elaborações presentes nas memórias dos homens e mulheres que viveram essa história, de forma a investigar as disputas narrativas aí ensejadas e assim apresentar um quadro complexo de laboração sobre eventos aqui analisados.

Para além do aspecto cômico, ou pitoresco, a nomeação do território pelos supostos “invasores” deixa entrever um outro aspecto dessa realidade: o pertencimento com aquele território, que aqui reconhecemos como um exemplo de cidadania insurgente.

O conceito de cidadania insurgente foi desenvolvido por James Holston para pensar as estratégias desenvolvidas por grupos que não fazem parte da população pré-estabelecida nos planos diretores das cidades modernas e, por isso, são destituídos de cidadania substantiva, impedidos de acessar direitos civis, políticos e sociais. Para reivindicarem seus direitos, estes grupos se valem de práticas extralegais, formas de cidadania insurgente, que o autor classifica enquanto formas encontradas “tanto em manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do Estado. Encontram-se, noutras palavras, nas lutas sobre o que significa ser membro do Estado moderno.” (HOLSTON, 1996, p.249)

Assim se configura a cidadania insurgente dos moradores e moradoras da Vila do IAPI, que se valem da posse informal da terra diante de um Estado que já tinha planejado sua população ideal. A insurgência deriva do ato de ficar. Ficando no território que lhes fora interdito desde sua concepção, esses homens e mulheres rompem com a condição de peças alegóricas da consolidação da utopia modernista de Brasília e emergem enquanto sujeitos, sujeitos de suas próprias histórias, mas também sujeitos que contribuem para outros desenhos de futuro do Distrito Federal, a contragosto das idealizações cristalizadas no Plano Piloto. Desafiam a posse exclusiva da terra nas mãos do Estado e erguem espaços de permanência a despeito de qualquer autorização formal, reivindicando uma cidadania que lhes fora negada.

Os nomes das ruas aparecem de forma significativa nos relatos dos ex-moradores e moradoras da Vila: “*Tinha uma rua que chamava rua do Morro do Urubu, rua do Sapo, tudo tinha esses nome lá*” [...]. *Agora a rua que eu morava era rua Costa e Silva, que era já perto daquele espinho, perto do Bandeirante*” (JESUS²³, Ana Maria de. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.7-8). As formas de nomear também se destacam na fala de seu Domingos:

Então tinha um alto que eu vou dizer que é Sayão, inclusive eu morava na

²³ Dona Ana Maria é Baiana, de Santana do Brejo. Veio para o Goiás com a família em e trabalharam pra pagar as passagens numa fazenda. Depois trabalhou de doméstica em Anápolis. Casou e foi morar na Vila do IAPI em 1960. Trabalhava no Plano Piloto como diarista quando mudou pra Ceilândia.

rua Padre Lino, que até hoje eu sei até o número que era o nº 13, Padre Lino, era de esquina com a rua Nova, mas como tinha lá depois da rua Padre Lino tinha um... era um alto, um morro, ali tratava Morro do Urubu (BORGES²⁴, Domingos José. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.10).

A extensa nomenclatura das ruas que formavam a Vila pode ser entendida como um primeiro fragmento de pertencimento com o território, deixando entrever uma relação próxima com essa localidade, cultivada desde algum tempo, o suficiente para estabelecer laços profundos de afeto com os lugares. Além disso, figura também como um elemento que pode ser reconhecido como contrahegemônico²⁵. Para além da expressão genérica "invasão" - muito usada nos jornais da época e no próprio DODF, mas também na historiografia do DF - seus moradores e moradoras se referiam a cada rua pelo nome específico, era um território vivo, complexo e contraditório, repleto de significados para aqueles a quem abrigava. Os nomes das ruas sinalizam ainda demarcações específicas de cada região desse território e relações diferenciadas dos moradores com cada localidade:

“[...] tinha o Morro do Urubu, chamava Morro do Urubu, não era praticamente uma vila, era uma seqüência do IAPI, era uma continuação do IAPI o Morro do Urubu, era um lugar muito temido, um local de prostituição, era uma coisa terrível e dava muito e tal [a prostituição], é tanto que quando a gente vinha para o IAPI de táxi, que chegava lá nas imediações ninguém queria entrar, era um trabalho...[...]” (GONÇALO²⁶, Gonçalves Bezerra." Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p. 8).

O Morro do Urubu figura na maioria dos relatos como um lugar estigmatizado, uma localidade em que se encontravam os bares e a zona de prostituição na Vila do IAPI. Muitos relatos fazem referência a este como um lugar onde deveria se evitar passar:

*“Não sei, o povo falava mal desse lugar sabe? Lugar assim desse povo assim tudo... não sei nem explicar como que o nome das pessoas, que tinha esse nome. [...] E a outra invasãozinha que chamava rua do Sapo era aquele povo também que bebia muito, **aqueles barraquinhos que você não dava conta nem de entrar**, a gente passava assim, essa rua aqui é tal.” (JESUS, Ana Maria de. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília,*

²⁴ Seu Domingos é Baiano, de Cristópolis. Veio primeiro pro Goiás e trabalhou na agricultura, depois em Brasília, onde chegou em 1959, trabalhou de carpinteiro nos ministérios e então montou uma vendinha na Cidade Livre, em seguida na Vila do IAPI, para onde se mudou, uma mercearia de secos e molhados.

²⁵ A inspiração para pensar contra-hegemonias vem de PORTELA, Cristiane de Assis; SILVA, Anna Lorena Morais. “Enunciando Contra-Hegemonias: narrativas candangas de vaqueiros voadores”. *Revista Em Tempo de Histórias*. Brasília: UnB, n.37, jul/dez 2020. (p. 314-338).

²⁶ Gonçalo é cearense, de Poeirás. Saiu de sua cidade natal em 20 de novembro de 1958, às 12h, e chegou em Brasília em 4 de dezembro do mesmo ano, às 11:30. Almoçou, segundo ele pelo que hoje equivaleria a 15 centavos, na Cidade Livre quando chegou. Trabalhou de várias coisas em Brasília, principalmente nas obras. É poeta, cordelista, repentista e escritor.

Portanto, existiam ruas específicas estigmatizadas pela população da própria Vila, como setores perigosos, promíscuos e até mais pobres. Assim é que podemos superar o termo genérico “invasão” e compreender as especificidades deste território, reforçando mais uma vez uma relação mais complexa com este território do que se poderia supor de um “território temporário”. No entanto, se tomamos como base as matérias do Correio Braziliense, somos apresentados a um outro cenário, em que inúmeras ocorrências criminalizam como um bloco homogêneo toda a Vila. Em uma dessas reportagens, encontramos a seguinte afirmação:

Invasão do IAPI é reduto de marginais – sem que a polícia tenha até agora tomado uma medida efetiva de policiamento preventivo na vila do IAPI, limitando-se a promover ‘batidas’ esporádicas, os marginais transformam aquela zona em perigoso reduto, onde diariamente praticam uma série de violências[...]. (Correio Braziliense 16/01/68, p.7)

Da perspectiva dos moradores, não há lembranças sobre essas violências diárias por parte dos “marginais”. Quando as entrevistadoras perguntam sobre polícia e criminalidade nesse período na Vila ou no início da Ceilândia - e esta é uma pergunta recorrente nas entrevistas realizadas pelo ArPDF - quase todas as respostas seguem um mesmo padrão:

*“(SR) – E segurança, tinha polícia na rua fazendo ronda, tomando conta das pessoas, tinha muita briga na época? Como é que era?
(DB) – Não, a polícia quase não tinha na época, não tinha igual tem hoje, mas era melhor de que hoje.
(SR) – Porque não tinha tanto...
(DB) – Não tinha tanto vagabundo igual tem hoje”* (BORGES, Domingos José. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.18)

Aqui é preciso fazer algumas considerações sobre a memória, tema importante para a história oral. Como aponta Portelli (2016), há uma distância entre o tempo em que ocorreu um dado evento e o tempo em que se fala sobre ele no relato oral, de forma que o ocorrido é elaborado na fala do entrevistado através da memória e do filtro da linguagem (PORTELLI, 2016, p.18) A memória aqui não é entendida como um componente passivo, mas sim enquanto processo contínuo de elaboração e recriação de significado.

Portanto, embora no relato, Seu Domingos não se lembre da alta criminalidade noticiada do jornal, essa memória parece ser elaborada a partir de um lugar saudosista, onde o passado é tido como melhor que o presente. Por essa memória está situada em um momento de sua vida do qual sente falta, ele a elabora de uma forma mais positiva. Assim como para o Seu Domingos, há a possibilidade de que um tipo de memória coletiva que ressalta as cores

do passado, positivando-as, seja partilhada por estes moradores considerados pioneiros e pioneiras da Ceilândia. Talvez, inclusive, cumpra um papel o fato de que estes interlocutores sejam alçados a um lugar social que reconhece as suas lembranças como memórias legítimas, e isso é algo não dito, mas que se concretiza ao aceitarem o convite feito pelo ArPDF.

Em especial, no Distrito Federal, pela característica *sui generis* de termos uma história recente que possibilita um recurso privilegiado para a produção de fontes orais, esta identidade pioneira se configura como um lugar importante para a pesquisa, mas é também, e sempre, um elemento de prestígio social, disputado desde muito entre estes sujeitos. Talvez não consigamos desenvolver melhor esse argumento devido aos limites desta pesquisa, mas consideramos que merece atenção a evidência de que o relato oral se configura, por si só, como uma forma de agenciamento das próprias narrativas históricas no Distrito Federal. Lembrar o passado de uma ou outra forma, e narrá-lo a partir de suas próprias memórias é uma forma de tomar a história pelas suas próprias mãos.

De qualquer forma, a discrepância com relação à criminalidade noticiada no jornal e aquela da qual os moradores se lembram, se torna mais significativa devido à quantidade em que se repete nas entrevistas, sendo uma forma narrativa recorrente. Dos vinte e quatro relatos apenas um conta uma memória diferente da maioria:

(SR) – E inclusive com intenção que ele [o pastor Avelino] teve de ajudar as pessoas lá da Vila, que era uma vida sofrida lá né dona Francisca?

*(FP) – É, lá era sofrida, **no meio de tanto marginal viu**, lá era coisa de absurdo, que diz que amanhecia era tanta gente, diz que morto, **eu nunca vi**.*

(SR) – Graças a Deus.

*(FP) – Graças a Deus, **toda vida nos respeitavam bastante, nunca ninguém buliu com nós também**, mas lá era um absurdo, ‘abasta’ o lugar, era horrível. (PEREIRA²⁷, Francisca Coelho. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.15)*

É curioso que, embora ela reitere essa narrativa da Vila como “reduto de marginais”, declara que ela mesma nunca viu esses corpos no chão, e nem nunca foi vítima de qualquer violência dessa natureza no IAPI. Duas compreensões do campo da análise do discurso podem ser acionadas para compreendermos essa fala de dona Francisca. A primeira é que o autor de um discurso, em seu nível imaginário, busca coerência para aquilo que está dizendo (Orlandi, 2005, p. 74). É importante lembrar que Dona Francisca foi esposa de um pastor

²⁷ Dona Francisca é Maranhense, de Buriti Nasce a Vargem. Veio para o DF porque, segundo ela, o marido que era pastor endoidou e quis, passaram um ano de muito sofrimento quando chegaram em 1962. Moraram primeiro em Sobradinho e depois se mudaram para a Vila do IAPI. Abriram uma loja de sapato, A casa sem nome, e uma igreja na Vila.

bastante influente na Vila do IAPI, Pastor Avelino, e durante a entrevista um ponto estruturante de seu discurso é a ênfase na ajuda que o marido prestou à comunidade, por vezes expresso até na frustração do pouco reconhecimento de seus esforços.

Uma outra compreensão da Análise de Discurso que nos ajuda a interpretar essa memória é o *dispositivo da antecipação*: dizemos algo de uma determinada forma pensando no efeito/sentido que irá produzir em quem nos ouve (ORLANDI, 2005, p.39). Portanto, quando a entrevistadora reconhece o papel de Avelino “que teve a intenção de ajudar” na vida difícil da Vila, dona Francisca parece aproveitar a abertura para enfatizar as dificuldades postas pela criminalidade e assim aumentar o grande feito do marido, mesmo que em seguida diga que nunca foi vítima da tamanha criminalidade a qual se refere, reconhecendo ainda o respeito do qual desfrutavam naquela localidade.

No entanto, não descartamos as denúncias de crimes ocorridos na Vila apresentadas pelo Correio Braziliense, reconhecemos que a população se encontrava exposta e quase impelida à criminalidade diante de um Estado omissivo, produtor de violências a partir da ausência de direitos construída naquele território. Não se trata aqui de romantizar as condições de vida na Vila do IAPI, mas dimensionar a criminalidade a sua devida proporção e contexto, em contraposição à criminalização generalizada construída sobre essa população no jornal, produtora de estigmas e exclusões sociais.

Outra abordagem recorrente no jornal, além da criminalização, é a redução da Vila a uma realidade catastrófica que, a partir de um olhar de comiseração define seus moradores e moradoras pelas ausências, por aquilo que lhes falta, como anuncia a reportagem *Invasão, nova indústria*:

Quem vê esses miseráveis territórios erguidos aqui e ali, geralmente agrupados, onde vegetam famílias subnutridas, esfarrapadas, paupérrimas [...] população improvisada [...] as crianças brincam, displicentemente, em meio aquela imundice, inocentes do perigo, como que já aclimatadas ao meio, onde a falta de água completa a sujeira de seus corpinhos mal cheirosos [...] (Correio Braziliense, 14/09/68, p.13)

A generalização aqui agrupa toda a população da vila enquanto "miseráveis", “subnutridos”, “população improvisada”. Essa perspectiva destitui esses homens e mulheres de sua condição de sujeitos, reduzindo-os à pobreza, a uma massa subnutrida, esfarrapada e mal cheirosa, desumaniza-os. Não há subjetividade aqui, não há agência, apenas vítimas. Enquanto nos relatos essas pessoas partem de lugares diversos, além da miséria, bem como entendem esse espaço de diferentes formas, no jornal a catástrofe é história única. É evidente que as condições de vida da população na Vila eram muito precárias, sem acesso a

saneamento e infraestrutura básica, e esse é fato recorrente também nos relatos:

“A vida na Vila do IAPI era muito precária, mas como eu acho que a gente já estava acostumando com o sistema de lá, e a pessoa gostava, nesse tempo, mas era precária, porque não tinha asfalto, não tinha luz, a luz funcionava lá até às 22 horas, ligava ali pela 6 horas, 22 horas desligava, todo mundo ficava no escuro, também todo mundo ia dormir cedo, não é? (...) Não tinha água, era nos carros pipas, com o tempo eles colocaram uma torneira, ficava até perto da casa da gente lá e que as pessoas pegavam água na torneira lá.” (BORGES, Domingos José. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p. 9, grifos meus)

Os moradores também reconhecem as condições difíceis de moradia em que se encontravam, mas manifestam essa outra relação com a Vila, que extrapola as ausências e figura como um cotidiano possível²⁸. A Vila não é só o lugar onde falta tudo, é também o território onde esses sujeitos se constroem e constroem um cotidiano em um dado contexto em que a posse da terra lhes fora institucionalmente negada. Os relatos descrevem outros cenários desse mesmo território que deixam entrever a construção do cotidiano a partir da ocupação da terra, da vida, não só da falta: *“Tinha drogaria, tinha casa de móveis [...] Tinha mercadinho, que não era mercadinho, era mercearia. [...] E o restante era boteco, tinha tudo, madeireira. Na Vila Esperança por exemplo tinha comércios grandes.”* (MENDES, Ilton Ferreira. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, p.25).

É imprescindível reconhecer distinções no conjunto de vilas que geralmente aparecem amalgamadas sob o termo “invasão do IAPI”. Como dissemos, o presente trabalho investiga em particular a Vila do IAPI, enfatizando uma localidade específica da qual a população fora removida para dar origem à Ceilândia²⁹. No entanto, o cruzamento de informações dos relatos orais com as fontes do Correio Braziliense e do DODF permitem reconhecer que, ao se referirem à “invasão do IAPI”, se tratava na verdade de um conjunto de vilas próximas, todas situadas entre o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante, vizinhas à Vila do IAPI, mas percebidas como localidades distintas e com referentes identitários próprios, sendo elas: Vila Tenório, Vila Esperança, Vila Bernardo Sayão, Morro do Querosene, Placa das

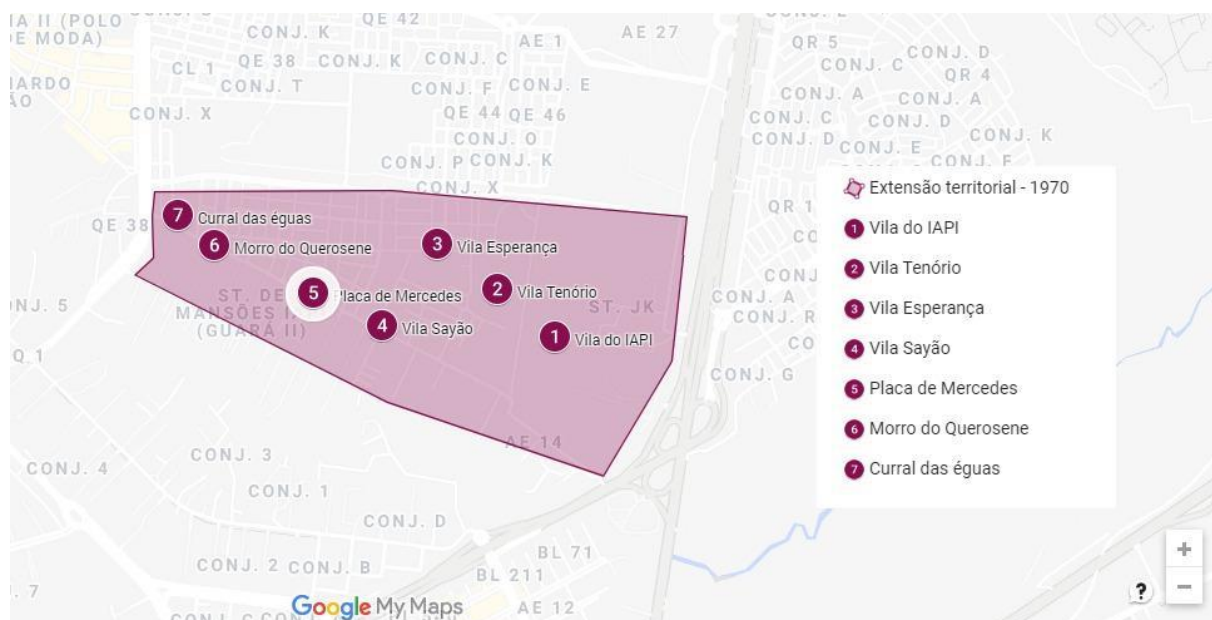
²⁸ O longa-metragem *A Cidade é Uma Só?* de Adirley Queirós trata dessas outras relações que a população do IAPI desenvolveu com o território a partir das lembranças de Nancy. *A Cidade é Uma Só?* Direção: Adirley Queiroz. Produção: Idem. Brasil, 2013

²⁹ O recorte foi estabelecido principalmente considerando as origens de moradia dos entrevistados e das entrevistadas, dos vinte e quatro, apenas três residiram na Vila Tenório, o que torna pouco preciso as análises as relações com essa Vila em específico, por isso foram levadas em consideração as memórias da maioria dos entrevistados com Vila do IAPI.

Mercedes e Curral das Éguas. No esforço de compreender o território onde se situavam essas vilas, bem como a disposição das mesmas, vizinhas à Vila do IAPI, realizamos intervenções sobre as imagens de satélite do DF disponibilizadas no *google maps*, para ilustrar aos leitores o local a qual nos referimos ao falar das destas vilas operárias e as suas subdivisões.



Mapa 1 - Localidade das vilas no Distrito Federal. Fonte: Beatriz Oliveira e Vitória Alves, 2021.



Mapa 2 - Disposição das vilas operárias. Fonte: Beatriz Oliveira e Vitória Alves, 2021.

Ainda pensando esse cotidiano possível, demonstrando que ele não se aparta das condições postas, é importante destacar a criação de uma associação de moradores da Vila, chamada Associação Pró-Melhoramento da Vila do IAPI (APROMOVI), cujo relato de um

de seus fundadores e seu primeiro presidente nos oferece um valioso registro:

*nós não tínhamos nada, nada, não tinha estrutura, infraestrutura, não tinha nada, aí nós criamos a Associação Pró Melhoramento dos Moradores da Vila do IAPI baseados nessas associações de moradores do Rio de Janeiro, criamos essa Associação [...] Na Vila de IAPI, isso foi no dia 11 de junho de 1969, criamos essa entidade [...] A gente queria pedir alguma coisa para lá, ia até pedir depois da entidade criada, nós pedimos água encanada, pedimos esgoto, pedimos posto policial, pedimos posto de telefone, quer dizer, telefone pedimos, tudo aquilo que para uma cidade é necessário. [...] Não, as respostas vinham o seguinte, consultando o Departamento de Arquitetura e Urbanismo do governo da PDF³⁰, não encontramos nem um plano de edificação daquela cidade, então ficamos impossibilitados de atender essa solicitação, chegamos a conclusão que nós estávamos exatamente marginalizados no submundo, **nós pedimos o governo a remoção daquilo lá, ou então a fixação, nós estávamos nesse debate [...]** (GONÇALO, Gonçalves Bezerra. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p. 9, grifos meus)³¹*

Os moradores não só tinham consciência das condições precárias às quais estavam expostos, como criaram uma associação em busca de melhorias para a Vila. Sem dúvida se depararam com muitas barreiras, como nos informa uma série de reportagens do Correio sobre a luta da associação para a construção de uma escola na vila, que se encontrava impedida devido a ausência de reconhecimento da posse legal da terra por parte do governo³². Por isso é que o presidente da associação, Gonçalo Gonçalves, reconhece a necessidade da fixação da Vila, ou então da remoção para outro. O impedimento à implementação de melhorias na Vila pode ser explicado a partir da perspectiva veiculada pelo Correio que anuncia dois dos argumentos que serão utilizados pelo governo para a não legalização das terras da Vila do IAPI:

São cinco grandes núcleos de favelados, com quase 100 mil habitantes, existentes entre a antiga Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, e Brasília. São as favelas mais visíveis, junto das quais passam todos os que chegam ou saem da Capital da República. Elas constituem um chocante contraste com a beleza arquitetônica da cidade. Mas sobretudo ameaçam de poluição as águas do lago, pois estão situadas dentro do anel sanitário da cidade. (Correio Braziliense, 14/07/70, p.13)

Voltamos para a definição que abre este capítulo: as “invasões”, entre elas a Vila do IAPI, são um problema a ser resolvido. Ferem não só a beleza arquitetônica da cidade, mas impõem um sério risco às condições sanitárias do Plano Piloto, visto que se encontram dentro

³⁰ Se refere à Prefeitura do Distrito Federal que figurou nessa condição até o ano de 1969, quando a emenda constitucional n. 1 de 17 de outubro de 1979 mudou o status de seu chefe do executivo para governador.

³¹ Noticiado pelo Correio em 18/06/69, p.10.

³² Conteúdo das reportagens em: 26/09/69, p.12; 13/07/69, p.14; 18/07/69, p.14; 09/10/69, p.12.

do tal anel sanitário, estes são argumentos que irão sustentar a decisão de remover toda a população deste território.

Assim, figuram ao menos duas imagens de um mesmo IAPI: o retrato desse território por parte do jornal é sempre catastrófico e ausente de tudo, infraestrutura, saúde, educação, alimentação, é violento, sujo, fétido e desorganizado. Os moradores são favelados, vítimas, coitados, necessitados de caridade, sujos, quando não são marginais e criminosos. São descritos sempre nessa categoria homogênea, favelados, às vezes invasores, sem que se reconheça qualquer singularidade. A favela é um lugar do qual se deve sair e o favelado é uma condição da qual se deseja livrar, questão que será aprofundada no processo de remoção. Do ponto de vista do Estado, a Vila do IAPI e as demais são um problema a ser resolvido, eliminado, pela administração pública, como anuncia o diário oficial.

Do outro lado, nas narrativas de seus moradores e suas moradoras, temos um cotidiano duro mas possível, é o território para onde voltam depois do trabalho, onde se constroem redes de solidariedade, de afeto, de vizinhança, onde se compra fiado no armazém do seu fulano, onde as crianças estudam e brincam, onde se joga o futebol no fim de semana, onde também se passa perrengue para conseguir água e se livrar dos ratos que vez ou outra atravessam as frestas da estrutura de madeira, mas é onde conseguiram de alguma forma burlar a determinação da passagem por esse território e construíram permanências. Nesse sentido, pelo menos duas formas de agenciamento - que se entrecruzam - devem ser destacadas: permanecer no Distrito Federal acionando formas de cidadania insurgente e narrar a Vila do IAPI a partir de memórias que reposicionam as suas feridas históricas, mas também que anunciam um cotidiano complexo, a despeito do apagamento construído sobre esse território e essa população, reivindicando vinda onde só foi contado ausência.

Mesmo com uma estrutura mais complexa do que se poderia supor de uma “população improvisada”, a Vila do IAPI continuava a ser um problema a ser resolvido pela administração pública, uma insurgência a ser disciplinada, uma curva fora do plano de Lúcio Costa a ser apagada. Assim é que a solução perfeita será posta em prática durante o governo de Hélio Prates da Silveira: a remoção de toda essa população para um território situado a mais de 30 km do centro de Brasília.

Capítulo 2. Remoção, a face higienista do apagamento

Em março de 1971 teve início o processo de remoção da população da Vila do IAPI para o território próximo à cidade (que nada tinha de satélite)³³ de Taguatinga, o que se tornaria Ceilândia, uma das atuais Regiões Administrativas do DF. O processo de remoção foi antecedido por uma série de decretos publicados desde o tempo da Prefeitura do Distrito Federal com vistas a erradicar do centro da capital as chamadas “invasões”.

O primeiro deles, decreto nº 835 de 16 de outubro de 1968, foi assinado pelo então prefeito Wadjô da Costa Gomide e marcava o início das medidas da administração pública para a erradicação das “invasões”, a partir da criação da Comissão de Supervisão dos Núcleos Habitacionais Provisórios, cuja tarefa consistia em administrar, supervisionar e controlar estes “núcleos de habitação provisórios”, com vistas a “zelar pela integridade do planejamento urbanístico de Brasília” (Prefeitura do Distrito Federal, 1968, art. 3º). O mesmo decreto já previa também a elaboração de um plano para a erradicação destes núcleos.

Ainda durante a prefeitura de Wadjô Gomide o decreto nº 1.196 de 29 de outubro de 1969, criou um grupo de trabalho encarregado de elaborar e executar um plano de erradicação das favelas da Vila do IAPI e Vila Tenório, o que não se concretizaria até o fim de seu mandato, quando é substituído pelo tenente-coronel Hélio Prates da Silveira, devido à sucessão presidencial do ditador Artur da Costa e Silva por Emílio Garrastazu Médici em outubro de 1969³⁴.

Dessa maneira, o plano de erradicação foi elaborado e executado durante o governo de Hélio Prates da Silveira, a partir do decreto nº 1.313, 19 de março de 1970, que criou a Comissão de Erradicação de Favelas, tendo como primeira competência elaborar e apresentar ao governo um plano de emergência para a erradicação das favelas existentes no DF (Prefeitura do Distrito Federal, 1970, art. 2º).

Assim é que em março de 1971 essa medida é posta em prática e a população do IAPI é removida para o território da Ceilândia. Esse acontecimento divide opiniões e coloca em

³³ Cidade Satélite é um termo comumente empregado para se referir aos territórios fora do Plano Piloto, hoje reconhecidos enquanto Regiões Administrativas que compõem o DF. Aqui nos opomos a tal denominação, tendo em vista que esta contribui para a manutenção da perspectiva hegemônica sobre a disposição territorial do DF, tendo como centro o Plano numa relação hierárquica com as demais regiões que apenas orbitam, enquanto satélites à sua volta.

³⁴ Ao analisar a primeira proposta da Lei Orgânica do DF ainda na década de 1960, James Holston assinala o intuito de seus elaboradores de romper com os sistemas de governo representativo já vigentes no resto do Brasil, sem prever cargos de prefeito ou a instituição da câmara municipal. No entanto, essa proposta nunca foi votada, e com a suspensão permanente dos direitos políticos a partir do golpe de 1964 o sistema de governo que deveria ser provisório perdurou até depois da redemocratização, de forma que o prefeito (posteriormente governador) do DF era nomeado pelo presidente da república. HOLSTON, 1993, p.275.

disputa as memórias de quem viveu esse processo. Se houve forte oposição e resistência por parte dos moradores, houve também muito entusiasmo (sobretudo pela oportunidade de ter o próprio lote) e até reivindicação organizada por parte da associação de moradores da Vila, o que ao fim e ao cabo resulta em descontentamento geral a partir das dificuldades impostas logo na chegada ao novo território.

De outro lado, a remoção foi noticiada tanto pelo Diário Oficial do DF quanto pelo Correio Braziliense com grande empolgação: tratava-se da solução sanitária e humanitária ao problema das “invasões” de Brasília. Neste capítulo, buscaremos analisar e compreender as nuances e contradições desse processo nas lembranças dos que viveram a remoção e também daqueles que, a partir dela, construíram representações.

2.1. E a Vila se fez bosque...

O governador Hélio Prates da Silveira está completando seu segundo ano de administração, no próximo dia 12, dentro da discrição que é uma de suas boas virtudes. Ele até que muitas vezes se torna discreto demais, a ponto de impedir que a comunidade de Brasília saiba o que a sua administração está fazendo ou pretende fazer. Mas o fato é que nosso governador, dentro de seu temperamento pouco comunicativo, testemunhará às 9h30m da próxima segunda-feira, defronte à Cidade Livre, a derrubada do último barracão na que já foi a famosa Invasão do IAPI. No lugar do último barracão, será plantada a primeira árvore no que se transformará num dos mais lindos bosques de Brasília, porque plantado sobre o suor e as lágrimas dos milhares de candangos que um dia acreditaram numa vida melhor que lhes parecia sorrir na Cidade da Esperança. (Correio Braziliense, 06/11/1971, p.2)

A matéria do Correio Braziliense citada acima noticiava o fim do processo de remoção da Vila do IAPI e, a partir das imagens que evoca, podemos distinguir alguns dos elementos que fizeram parte da representação desse acontecimento por parte da mídia e do poder público. Primeiro, destaca-se as virtudes do maior responsável pelo grande feito da remoção, dentre elas, a discrição. O governador Hélio Prates figura nesse contexto como herói e a remoção como um grande feito, como ficará claro mais a seguir. Depois, é reforçado o aspecto negativo da vida na Vila, responsável pelas “lágrimas de milhares de candangos”, sofrimento que chega ao fim com a remoção, enunciando esta como a redenção tão esperada na “Cidade da Esperança”, uma expressão que ganhará um segundo sentido a partir deste momento, designando não só Brasília, mas também Ceilândia, como será apresentado no próximo capítulo.

No entanto, apesar da positividade e beleza da descrição feita pelo Correio

Braziliense, o processo de remoção é composto por contradições que são enunciadas também nas diferentes elaborações das memórias de quem viveu na pele esse processo. Antes de passar às memórias, é fortuito determo-nos às perguntas que servem como mote para as elaborações destas memórias, compreendendo seus vieses e suas implicações nos relatos aqui analisados.

Como aponta Paul Thompson, ao interpretar uma entrevista, observar as perguntas é tão importante quanto analisar as respostas (THOMPSON, 1998, p.314). Para compreender os possíveis vieses da entrevista realizada pela equipe de pesquisadoras do Arquivo Público Federal (ArPDF), analisamos a perspectiva histórica da instituição com relação à história do DF. Como consta no texto de apresentação do programa no site do arquivo, o Programa de História Oral tem como objetivo "reconhecer espaços aos diversos atores que fizeram parte do que", segundo o arquivo, "é um dos grandes momentos da história do Brasil: a construção da capital brasileira, através das narrativas individuais de seus pioneiros".

Há também um texto informativo que apresenta a perspectiva e os objetivos da linha de pesquisa Formação de Ceilândia, parte do referido programa e responsável pelas entrevistas aqui analisadas. Os objetivos elencados deixam entrever a perspectiva histórica aí presente: "A publicação procurou repassar os principais passos do surgimento da cidade, cujos 24 (vinte e quatro) depoimentos cedidos ao ArPDF, refletem o orgulho dos pioneiros que viram a cidade nascer, crescer e progredir, graças a garra de um povo"³⁵.

A história da criação da Ceilândia é entendida então sob a chave do orgulho e da garra de seu povo. Ao final do mesmo texto, a Ceilândia figura ainda como solução encontrada para dar fim às favelas e invasões formadas a partir do intenso fluxo migratório no período de construção de Brasília. Como expomos mais à frente, esse é o discurso sustentado do ponto de vista da administração do DF, presente no diário oficial, bem como propagado no Correio Braziliense.

Essas informações são importantes no sentido de entender a forma e o intuito com o qual as perguntas norteadoras das entrevistas foram elaboradas e como isso impacta na produção dos relatos individualmente. Percebe-se uma ênfase na história da remoção enquanto planejada e assistida pelo governo do DF, e a população removida como guerreira, esforçada, construtora de uma nova cidade. Embora esta perspectiva histórica das entrevistadoras possa influenciar nas elaborações individuais das entrevistadas e

³⁵ Arquivo Público do Distrito Federal. Programa de História Oral - Formação de Ceilândia. Disponível em: <<https://www.arquivopublico.df.gov.br/programa-de-historia-oral/>>

entrevistados, também há espaço na elaboração dos relatos para brechas³⁶, para contradições a essa visão positiva e heroica desse processo, como as denúncias do abandono público, da imposição dessa solução como única e das ameaças aos seus direitos constitucionais, por exemplo. Sobre a remoção, as perguntas focam bastante na boa organização do processo e na ajuda oferecida pelo governo:

(SR): Como é que surgiu, não sei se a senhora vai lembrar, como é que surgiu essa ideia de fazer um assentamento grande, uma cidade, para fazer a remoção de todas essas pessoas que estavam invadindo, a senhora lembra como é que foi isso?

*(SR) – **Falaram também que as pessoas iam, batiam de porta em porta, fazia tipo uma espécie de um censo, para saber quantas pessoas moravam.***

(DR) – Quantas pessoas, teve isso também.

(SR) – Teve isso?

(DR) – Para ter direito a transferência para cá para Ceilândia.

(SR) – Que a pessoa via quantos filhos tinham, como é que era a família para ver o local que colocava.

(DR) – E foi tudo.... depois disso um dia veio a prefeitura, marcou o horário da remoção, foi tudo certinho.

*(SR) – **Foi bem organizado.***

(DR) – Foi, chegou aquele horário, a prefeitura tinha o caminhão ali, já vinha trazendo a mudança e já ficava no local certo aonde que era.

(SR) – Quando chegava aqui?

(DR) – Quando chegava aqui a gente já estava com o local marcado.

*(SR) – **Então vocês tinham ajuda assim de mudança também, eles ajudavam fazer a mudança?** (RODRIGUES³⁷, Dalva Afonso N. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.7-8, grifos meus)*

Embora dona Dalva confirme os elementos que a entrevistadora entende como retrato da organização da remoção (a realização do censo, o aviso da remoção), a contradição dessa organização aparece em seu relato logo em seguida:

(SR) – [...] Como é que vocês faziam assim que chegava aqui, tinha que organizar logo alguma coisa para acolher a família.

(DR) – A começar que tinha que limpar o terreno.

(SR) – Certo.

(DR) – Tinha uns toquinhos muito pequeninhos, mas nem se via por causa do cerrado.

(SR) – Ah sim! demarcando o terreno.

(DR) – Demarcando, a gente tinha que limpar para construir, foi no mês de dezembro, chovendo demais.

(SR) – Demais nessa época.

(DR) – E nós ficamos onze dias debaixo de chuva. (RODRIGUES, Dalva

³⁶ A análise aqui ensejada tem como base os apontamentos de Eni Orlandi sobre a análise do discurso, entendendo a contradição e os deslizamentos de sentido como também constituintes da formação discursiva (ORLANDI, 2005, p.44)

³⁷ Dona Dalva é Mineira, de Patrocínio. Veio com o marido, convidados pelo cunhado, em 1968. Foi morar na Vila Tenório.

A bem organizada remoção é posta em causa quando evidencia-se que nem mesmo o abrigo foi disponibilizado às famílias removidas, apenas o terreno demarcado com tocos de madeira que deveriam ainda ser limpos pelos moradores. Descrição esta que é unânime nos relatos, como veremos mais à frente. É comum nas entrevistas encontrar repetidas vezes essa ênfase na organização que, como destacado, é oferecida de antemão pela própria entrevistadora ao falar do levantamento que antecedeu a remoção, sem que a moradora tenha chance de contar como viveu o processo, antes que essa informação seja recuperada pela entrevistadora. Também é comum encontrar perguntas como “Então vocês tinham ajuda assim de mudança também, eles ajudavam a fazer a mudança?”, como se esperasse apenas a confirmação. Como fica evidente neste outro relato:

(SR) - *E quem começou a fazer isso (o processo de remoção), a senhora lembra? Quem que ajudou vocês nisso?*

(EF) - *É, no dia 27 de março de 71, foi uma festa muito grande que teve aqui. É, todo mundo, foi... como é que se diz, unido, Administração, Serviço Social...*

(SR) - *Eles ajudavam a vocês...*

(EF) - *...bombeiro, policiais...*

(SR) - *...a fazer a mudança...*

(EF) - *...foi... muito...*

(SR) - *...iam lá com caminhão, ajudava a colocar as coisas...*

(EF) - *... olha, foi, eles da... o caminhão o governo que deu, o...o... prá fazer a mudança, na época, entendeu? Foi uma festa muito grande.*

(SR) - *Eles ajudavam em tudo então? [...]*

(SR) - *Então a senhora fala que quando houve a remoção, vocês tiveram bastante ajuda ?*

(EF) - *Tivemos.*

(SR) - *Ação comunitária?*

(EF) - *Tivemos.*

(SR) - *Tiveram reuniões com vocês lá?*

(EF) - *É, tivemos.*

(SR) - *Visitas.*

(EF) - *Tinha. (FARIAS³⁸, Edite Martins. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.7-10)*

A primeira pergunta sobre o processo da remoção, norteia a resposta em prol de contar a ajuda, o que seria diferente se, por exemplo, apenas tivesse perguntado como foi a remoção, sem antecipar qualquer existência de ajuda, ou não. A resposta a esta primeira pergunta é interrompida pela afirmação da própria entrevistadora: “eles ajudavam vocês” e

³⁸ Dona Edite é Capixaba, de Taguasul. Veio pra Brasília passear, pra um casamento, gostou e ficou. Trabalhou como empregada doméstica.

busca a confirmação a esta afirmativa repetindo a pergunta mais três vezes no decorrer da entrevista. Portanto, entendemos que a perspectiva norteadora da entrevista segue a argumentação do DODF e do Correio Braziliense: a Vila do IAPI é um lugar definido pelas ausências, um problema a ser revolvido, a remoção é a solução racional, organizada e positiva desse problema e a Ceilândia é a nova terra da esperança para essa população removida.

No entanto, os relatos nos apresentam uma série de complexidades e contradições desse processo, a partir dos diferentes significados atribuídos a este evento, para além da perspectiva norteadora da entrevista. Segundo Portelli (2015), interrogar uma memória é interrogar o significado de um evento lembrado na vida do narrador, dessa forma é que muitos e variados são os significados atribuídos à remoção na vida de cada pessoa. Começemos pela descrição do processo:

Não, primeiro foram falar da importância de mudar, da preocupação do governo com a população, depois eles mostraram condições, quem pode ir por conta própria, vai, eles autorizavam, quem não, o Serviço Social ia hoje e dizia 'olha, derruba o barraco que amanhã já vai passar o caminhão aqui prá levar' [...] Não, ele hoje dava a ordem, a gente ia desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão (SILVA³⁹, Antônia Alves da. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.10)

Muitos relatos como o de dona Antônia fazem essa descrição do início da remoção: agentes do Serviço Social iam até suas casas, realizavam um levantamento do número de moradores, condições de vida, avisavam da remoção e então numeravam o barraco para auxiliar no momento da derrubada. Aqui mais uma vez podemos analisar melhor essa organização do processo, compreendendo que a prioridade não são as pessoas, e sim a agilidade da remoção, já que a ordem de derrubada acontecia um dia antes da remoção, deixando desabrigadas as famílias até a vinda do caminhão que os levaria para o novo lote. Como nos sinaliza a fala do Secretário da Secretaria de Serviço Social, Otomar Lopes, a remoção era pautada na racionalidade: "os estudos estão sendo dirigidos, inicialmente, à procura da melhor maneira para *uma erradicação lógica* dos núcleos favelados [...] tais *aglomerados humanos* se continuarem onde estão, acabariam por poluir as águas do Lago".

³⁹ Dona Antônia, também conhecida como Toinha, é Piauiense. Chegou no DF em 1965, morou primeiro no Gama, depois no IAPI. Trabalhou como doméstica desde os 11, depois foi vendedora de produtos de beleza e feirante. Teve duas filhas, mão solo e sem condições de criar as duas, deu a filha mais nova e foi morar na vila do IAPI.

(DODF, 19/01/69, p.1, grifos meus)

Portanto a preocupação era com a lógica do processo e não com os transtornos causados à população, significativamente, definidos como "aglomerados humanos", um termo generalizante que despersonaliza essa população, figurando enquanto uma amálgama disforme. Deste modo, o Estado não precisa se preocupar com questões que envolvem o cotidiano, a segurança e o bem-estar desses sujeitos. Em outros relatos a remoção aparece como algo inevitável:

*Olha, esse negócio de Ceilândia, a gente sabe que lá não dava mais para ficar, todo mundo que vinha dos outros estados só corriam para Vila de IAPI, e por isso que o governo estava preocupado [...] É, eles falavam que lá não dava mais para ficar, e que o governo tinha arrumado essa área, e que aqui ia ser, uma cidade que as pessoas iam ter um endereço, e que lá ninguém tinha endereço [...] É, e aqui ia ser, uma cidade que as pessoas iam se orgulhar de morar, então eles eram assim muito educados (SILVA, Antônia Alves da. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.9)*

Essa elaboração da remoção coaduna com o argumento sustentado pelo governo, de que era inevitável a remoção da Vila (sem considerar sua fixação e urbanização), mas também aparece aliada ao principal interesse dos moradores e das moradoras na remoção: a oportunidade de adquirir o próprio lote, como podemos observar na fala de seu Domingos:

*Não, a única coisa que eles explicava que era a pessoa ir mudar para pegar um lote definitivo, 'pruquê' lá não tinha condição de ser urbanizado lá mesmo, então para Ceilândia que ia pegar o lote definitivo e que ia documentar e as vantagens são essas. [...] A gente se interessa, que lá a gente não tinha como fazer nada porque não tinha urbanização e não tinha direito, não era dono também (BORGES, Domingos José. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.13)*

No entanto, em muitos relatos aparece também a oposição da população à remoção. Como expressa dona Severina, um dos principais motivos para a oposição dos moradores consistia na insatisfação com o local designado para os receber, que dona Severina define como "mato", carente de infraestrutura básica.

*Ninguém queria sair da Vila, que achava que era uma vida boa. E para vim para dentro dos matos, que nem era Ceilândia, todo domingo, vinha um ônibus de gente de lá da Vila do IAPI para mostrar a nós a cidade nova que nós íamos ficar. (NASCIMENTO⁴⁰, Severina Etelvina. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.8)*

⁴⁰ Dona Severina é pernambucana, chegou no DF em 1963. Tinha um restaurante com o marido na Vila do IAPI.

Interessante neste relato também notar a defesa da vida na Vila, “que era uma vida boa”, destoante das definições catastróficas do jornal e do diário oficial vistas no capítulo anterior e que serão aprofundadas no período da remoção. Os moradores e moradoras contrários à remoção usaram das estratégias disponíveis na tentativa de reverter a situação, como sinaliza o relato de um dos agentes sociais que atuaram nesse processo e nos dá conta de uma dessas tentativas:

Nós, ao fazermos a remoção, foi retirado uma empregada de um general, ela morava também na Vila do IAPI, ela foi removida para cá e quando chegou aqui (na Ceilândia) ela não gostou e reclamou muito para o general, do local, e que ela não queria ficar aqui, e que estava sendo feita uma remoção contra a vontade dela, e esse general, não me lembro, não sei o nome, questionou a remoção, questionou a retirada das invasões daquele local e isso gerou uma reunião do alto comando, foi feita aqui em Ceilândia, no 1º colégio da Ceilândia, que foi entre a 25 e a 23, onde o governador fez as justificativas para o alto comando para dizer o porquê, e nessa justificativa ele argumentava o problema de água, ele dizia que nós tínhamos aqui três fontes de água apenas e que uma delas estava sendo altamente poluída e que um dos grandes poluidores eram essas invasões, então esse foi o motivo maior da decisão dele de retirar as invasões, e foi aceito, o argumento dele e a remoção continuou. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.11)

Assim, diante da oposição dos moradores, era lançado um argumento irrefutável: a mudança era uma questão sanitária e ambiental, com vistas a impedir a poluição da principal fonte de água, as águas do lago Paranoá. Para convencer a população, algumas estratégias foram mobilizadas:

[...] estava tudo certo pra mudar o povo para cá, mas aí que deu aquela confusão então, ninguém queria sair, ninguém queria sair. De jeito nenhum, então foi resolvido assim, primeiramente as igrejas [...] Eu sei que combinaram com os pastores para reunir as igrejas, tirar primeiro as igrejas, vinha primeiro, para depois então tirar o povo. (PEREIRA, Francisca Coelho. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.9)

As igrejas foram removidas primeiro com o intuito de conferir legitimidade à remoção, guiando a população a que atendia para um lugar seguro, além de servir como apoio no acolhimento das primeiras famílias removidas e que, como já citamos, não encontravam nem mesmo abrigo no novo lote. Mas não só as igrejas, a associação dos moradores também foi uma entidade que autoridades do governo buscaram para auxiliar nesse trabalho de convencimento:

Ele [governador] criou um preparativo através das instituições, de nós mesmo, para dizer ao povo o quê que o governo prometia e mesmo assim muita gente protestava, teve muitos que venderam o barraco, ‘isso lá não vai dar certo, não vai remover, lá não vai é prestar’[...] A gente tinha essa dúvida toda, eu me lembro que eu trazia para cá dois ônibus da TCB, viu? Todo sábado e domingo vinha com dois ônibus trazendo o povo para mostrar isso aqui. (GONÇALO, Gonçalves Bezerra. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p.17)

Através da associação de moradores foi mobilizado transporte para que a população pudesse conhecer o novo local de moradia, o que, no entanto, como demonstram os relatos anteriores, resultou em mais descontentamentos com a falta de infraestrutura do local do que em concordância com o processo de remoção. É preciso ainda situar esse período da remoção no contexto político da época para melhor compreender suas formas. O Brasil vivia sob regime autoritário devido ao golpe civil-militar instaurado em 1964. Dessa forma, o relato da deputada Maria de Lourdes Abadia, que nesse período atuou nas remoções como agente social, serve como mote para pensarmos que o convencimento da população não era um fator determinante do processo:

Conversavam, eles ficavam assim meio, porque a vila era próxima ao Núcleo, tinha um mercado que era muito bom, perto do trabalho, eles: ‘nossa ir para aquele né cerradão, lá naqueles mundo’. [...] Não tinha essa... não era essa, quer dizer era uma época que você “cumpra-se”, então não tinha assim aquela coisa, muita discussão, eu quero ir eu não quero ir. E a gente como técnico, diz olha quem vai na frente bebe água limpa, quem for primeiro vai ter lote melhor, vai ficar no centro da cidade, quem ficar por último já viu, vai ficar lá na periferia, no rabo da cidade, aí todo mundo queria ir. (ABADIA, Maria de Lourdes. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.15)

A imposição da remoção também é reforçada na fala do secretário, responsável pela organização deste processo ao destacar a radicalidade e a velocidade da remoção: “Rápida para evitar o surgimento de novos barracos, e radical, no sentido que *não será admitido nenhum tipo de contestação*, uma vez que a atende sobretudo a um imperativo de saúde pública”. (Correio Braziliense, 24/07/70, p.28, grifos meus)

Portanto, diante do regime ditatorial autoritário, a população se encontrava impedida de manifestar abertamente oposição e organizar formas de permanecer na Vila, além do regime político vigente na época, o caráter incontestável da remoção era sustentado por argumentos que se pretendiam irrefutáveis como “um imperativo de saúde pública”. Mas há ainda um outro aspecto da remoção que figura nos relatos: a reivindicação dos próprios

moradores.

[...] e nesta época nós estávamos nessa demanda (na luta por melhorias na Vila), levamos ao governador Prates da Silveira o problema, a demanda que estavam debatendo sobre o IAPI [...]

(SR) - Quer dizer que Ceilândia foi uma reivindicação de vocês? A criação de Ceilândia?

(GG) - Claro, foi uma reivindicação nossa [...] É tanto, que nós tivemos um ano de planejamento e menos de um ano de remoção, nós nos reuníamos na LBA[...] Eu me lembro muito bem que eu era fotógrafo na época, larguei minhas atividades e fui cuidar, e cheguei até a passar fome mexendo com isso [...] a gente integrado de corpo e alma nesse negócio, planejando tudo, vinha o problema do comércio na época, saber como é que o comércio ia se portar nisso aqui, o comerciante com medo de ficar muito retirado do freguês, e aí vinha tudo para cima da gente, era aquela luta toda. (GONÇALO, Gonçalves Bezerra. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p. 11-15)

Esse é um importante elemento contranarrativo. Em toda a bibliografia consultada a remoção das chamadas invasões, de forma geral, aparece como imposição do governo, como componente de uma política segregadora. Não se trata aqui de contradizer a segregação socioespacial que estrutura o Distrito Federal, nem a imposição do processo de remoção, mas de, ao lado disso, reconhecer os fragmentos de agências desses homens e mulheres num processo tão decisivo de suas vidas, que atuaram também movidos pelos próprios interesses.

A remoção, do ponto de vista dos moradores do IAPI, vai ser interpretada também como uma oportunidade, uma brecha pela qual podem garantir seus próprios interesses e acessar os direitos básicos que já reivindicavam ao poder público. Tanto é que podemos localizar uma disputa narrativa entre os moradores que ao elaborarem a história desse evento, vão reivindicar o papel de protagonistas responsáveis pela iniciativa da remoção, como no relato de Gonçalo que reivindica a remoção como pauta da associação dos moradores, mas também na fala de dona Francisca, que reivindica a remoção enquanto fruto do poder de oratória do marido, pastor da Vila:

Lá em 70, em 71, estava tendo idéia de fazer reuniões para a mudança do IAPI, não podia ficar lá, essa coisa toda, aí foi convidado, tinha uma senhora por nome, esqueci, não me lembro o nome, dona Julieta e nessa época já tinha a Maria de Lourdes também, era do Serviço Social [...] E tinha outros mais, ele [pastor Avelino] foi convidado para fazer parte das reuniões [...] Ele ia todo dia fazer, assim, toda quarta-feira dia dessas reuniões, ele foi, estava aquele negócio, o povo ia ser disperso, uns para um lado, outros para outro, uns iam para Sobradinho, outros para Planaltina, outro ia para qualquer lugar, eles iam espalhar o povo [...] E ele foi um dia, fez um pedido, fez um discurso pedindo ao governador que fizesse uma cidade para aquele povo, que era muito triste aquele povo ser desmandado, um pastor sem ovelha, uns para um lado, outros para outro, e ele disse que

com 8 dias ele (o governador) respondeu o pedido dele, que ele ia fazer todo possível, fazer uma cidade (PEREIRA, Francisca Coelho. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.7-8)

Portanto, a reivindicação do protagonismo na remoção feita nos relatos desses dois moradores nos indica uma contranarrativa partilhada pelos moradores da Vila em relação ao que afirmam às leituras predominantes sobre o tema, mesmo aquelas alinhadas a uma perspectiva crítica, tendo em vista os demais relatos favoráveis a este processo que apresentamos anteriormente, movidos sobretudo pelo interesse em conquistar o lote próprio e melhores condições de vida.

Como mencionado anteriormente, a associação de moradores da Vila do IAPI encontrou diversas barreiras burocráticas em sua luta pela conquista de melhorias para a Vila, como a implementação de escolas, e as justificativas da administração pública para os impedimentos eram pautadas na ilegalidade da ocupação do território. Assim é que a fala acima, do presidente da associação, nos remete a essa aposta de parte da população: para melhorar as próprias condições de vida, era preciso legalizar a posse da terra. Muitos preferiam a urbanização e legalização da própria Vila, mas diante da imposição da remoção por parte das autoridades públicas, passaram a atuar de forma favorável a essa oportunidade que lhes poderia garantir conquistar aquilo pelo que já vinham reivindicando como saneamento, infraestrutura básica, saúde, educação e moradia.

2.2. Solução sanitária e humanitária de um problema

Em grande medida, as expectativas das moradoras e dos moradores da Vila favoráveis à remoção eram inspiradas pelo discurso sustentado pelas autoridades públicas que estavam à frente desse processo, baseado em dois argumentos centrais: a inevitabilidade da remoção devido ao perigo de poluição que oferecia às águas do Lago Paranoá e a promessa de uma vida melhor numa cidade dotada de toda a infraestrutura e que lhes asseguraria a posse legal da terra.

Desde o início dos preparativos para a remoção, as promessas de garantia de infraestrutura, educação, saúde e moradia no novo território se fazem presentes nos discursos propagados tanto no Diário Oficial quanto no Correio Braziliense, como demonstra a fala do Secretário do Serviço Social sobre as preocupações da comissão encarregada de elaborar o plano de erradicação: “Todas as opções já preverão as soluções para os problemas de educação, de saúde, de transporte e de abastecimento [...] Vai-se adotar uma solução humana

para o problema” (DODF, 03/02/70, p. 2). A preocupação em encontrar uma “solução humana” para o problema é seguida pelas preocupações com a estética da cidade e com as medidas sanitárias:

Dentre os problemas que afetam o Distrito Federal, o das invasões é um dos mais prementes e difíceis de solucionar. Os planejadores de Brasília idealizaram-na quase um paraíso urbano, cuja a beleza jamais poderia ser maculada por favelas. No entanto, mesmo antes de inaugurada, as invasões foram surgindo e crescendo [...] Em que pese a complexidade do problema, o Governador Prates da Silveira resolveu enfrentá-lo com objetividade e coragem. Preservar a beleza estética de Brasília é um, mas não o único de seus objetivos. As invasões localizadas em áreas impróprias, estavam constituindo uma das principais causas de poluição das nascentes e das águas do Lago. [...] Retirar as invasões desses locais era medida que se impunha com urgência. (Correio Braziliense, 17/06/70, p.4)

As “invasões”, entre elas a Vila do IAPI, ofereciam risco não só à saúde da população do Plano Piloto, já que se situavam dentro do anel sanitário⁴¹, mas também “maculavam” a beleza arquitetônica da cidade. Tamanha missão recaiu sobre os ombros do governador Prestes da Silveira, herói corajoso dessa história nas representações feitas pelo jornal e pelo Diário Oficial.

O argumento do caráter humanitário do processo de remoção se fortalece durante o governo Hélio Prates da Silveira, principalmente a partir do lançamento da Campanha de Erradicação das Invasões (CEI), liderada por sua esposa, Vera Almeida Prates da Silveira e composta por um grupo de senhoras da alta sociedade de Brasília. O principal intuito destas mulheres consistia em reunir materiais de construção e recursos financeiros para ajudar na instalação da população no novo território, sob o lema: “a campanha de assistência aos favelados objetiva a valorização da pessoa humana” (Correio Braziliense 08/07/1970, p.1).

Como dissemos, ao mesmo tempo que a campanha anuncia “a valorização da pessoa humana”, as pessoas a quem se destina são amalgamadas sob o termo “favelados”, mais uma vez destituídos de subjetividades e de identidades outras. De forte caráter assistencialista, a campanha - cuja sigla deu origem ao prefixo Cei, de Ceilândia - funcionou como um braço da administração pública no esforço de convencimento da população, além de atuar para conferir legitimidade social a tal processo.

A propaganda do caráter humanitário da remoção pode ser entendida num contexto mais amplo de ditadura militar. Como aponta Gouvêa (1995), a construção de habitações

⁴¹ Corresponde a área central prevista no plano de Brasília que é circundada pela rodovia Estrada Parque do Contorno, onde era proibida a construção de casas, tendo em vista a preservação das águas do Lago Paranoá (BEÚ, 2007. p. 86)

populares serviu como estratégia de legitimação do regime frente às classes mais pobres, mas também como estratégia de controle social a fim de apaziguar quaisquer insurreições. Dessa forma é que o Banco Nacional de Habitação foi criado em 1964 enquanto ferramenta auxiliar ao regime, como informa o próprio slogan da ditadura: “um proprietário a mais, um revolucionário a menos” (PERUZZO, 1982, apud GOUVÊA, 1995, p.42).

Dessa forma, a remoção é anunciada com grande entusiasmo pelo governo e pelo Correio, com a promessa de um território dotado de toda a estrutura necessária: [...] Nessa área, elas poderão desfrutar dos serviços públicos básicos, imprescindíveis, de serem implantados onde se encontram: água, luz, esgoto, mercado, transporte, posto de saúde, escolas, etc.” (CB, 14/07/70, p.13). Nessa leva de otimismo com a remoção, a população da Vila é enquadrada enquanto satisfeita com as medidas do governo, apagando qualquer contradição e oposição ao processo:

Moradores da chamada invasão do IAPI estão satisfeitos com as determinações do governador Prates da Silveira, no sentido de transferi-los para área que já está sendo urbanizada na cidade satélite de Taguatinga. [...] uma comissão de moradores daquele núcleo populacional esteve em visita ao Secretário Otomar Lopes, dos Serviços Sociais, dando-lhe conta das esperanças de todos nas novas diretrizes adotadas pela Administração do Distrito Federal na questão das “invasões”. (DODF, 14/07/70, p.1).

As promessas de infraestrutura e serviços públicos básicos foram sustentadas até o final da remoção, mesmo quando a realidade da recém-inaugurada Ceilândia expôs uma realidade completamente diferente daquela prometida. Chegaram a ser previstas até a construção de casas populares de 36m² com quarto, cozinha, banheiro e sala em terrenos de 250m²⁴², o que não se concretizara, como nos informa um dos relatos citados anteriormente, em que dona Dalva conta ter passado onze dias na chuva ao chegar na Ceilândia, até que construísse novamente seu barraco.

No entanto, muitas das manchetes do Correio Braziliense e do Diário Oficial nos anunciam outra perspectiva da remoção: “Fim das Favelas já tem Esquema”, “Ataque às favelas começa”, “Invasão do IAPI vai desaparecer” “A favela vai sumir se plano aprovar”⁴³. O cenário que descrevem essas manchetes mais se assemelha à guerra, do que a uma campanha humanitária. Emergem outras características das ações do governo do DF neste processo, parte de um contexto mais amplo da especulação imobiliária que estrutura este território, bem como o caráter eugênico da política de remoção.

⁴² Informações fornecidas pelo Correio Braziliense em 28/11/70, p.26.

⁴³ Manchetes veiculadas as seguintes publicações, respectivamente: DODF, 05/02/70, p.2; Correio Braziliense, 13/02/70, p.11; CB, 14/04/70, p.11; CB, 14/06/70, p.15.

Sobre a especulação imobiliária, segundo Gouvêa (1995), tal política no Distrito Federal se deu através da posse exclusiva da terra pelo Estado. A partir desta prerrogativa, o governo estocou áreas centrais, mais próximas ao Plano, dotando-as de infraestrutura e serviços públicos. Com a valorização destas áreas centrais, as mesmas foram alienadas às classes dominantes⁴⁴, consideradas mais aptas a morarem próximas da sede administrativa do governo. A população mais pobre e sem condições financeiras de comprar essas terras valorizadas, foi segregada nas periferias, onde a falta de infraestrutura e serviços públicos baratearam o preço da terra (GOUVÊA, 1995, p.25).

Assim é que, como ressalta o autor, ao mesmo tempo em que a Vila era removida dos arredores do Plano Piloto, se estendia até suas imediações a construção do Guará II, território dotado de infraestrutura e serviços públicos básicos destinado a uma população mais adequada a ocupar aquela localidade. O Guará II chegou a ser cotado como possibilidade para a remoção da população da Vila do IAPI durante a prefeitura de Wadjô Gomide, com financiamento do BNH e da SHIS (Sociedade de Habitação de Interesse Social), prevendo a construção de 9 mil casas e 4 mil apartamentos (CB, 02-10-69, p.12, também mencionado pelo DODF em 12/09/69)

No entanto, durante o mandato de Prates da Silveira esse plano é abandonado e o governo passa a buscar por outras soluções do problema das “invasões” a partir do levantamento dos lotes disponíveis nas cidades satélites, a ser realizado pela NOVACAP para abrigar a população do IAPI, segundo informações do Correio Braziliense (05/02/70, p.13). Em junho do mesmo ano já começa a aparecer nas matérias o território próximo à Taguatinga, cerca de 30 km distante do centro, como novo destino da população da Vila do IAPI (CB, 07/07/70, p.13). Não encontramos nas matérias do Correio ou do DODF qualquer explicação para essa mudança de planos, no entanto, o presidente da Associação dos moradores do IAPI nos fornece uma explicação possível:

O governador, o prefeito criando o Guará II para através do Sistema Financeiro da Habitação, atender às nossas solicitações, mas de imediato a gente já conhecendo a renda per capita do IAPI, de todo mundo, nós fomos ao prefeito fizemos uma crítica, eu diria uma crítica construtiva, dizendo ao prefeito que ele jamais através do BNH, da SHIS, ele iria solucionar o problema geral daquelas invasões, por que a renda per capita do povo não se enquadrava nos planos da Habitação, então ele ia resolver parcial e a invasão continuava do mesmo jeito. (GONÇALO, Gonçalves Bezerra. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p. 9)

⁴⁴ No caso do governador Hélio Prates, ele utilizou seu privilégio de detentor das terras do DF também para distribuí-las entre seus próprios familiares e aliados políticos em escandalosos processos de corrupção, como noticiado pelo Jornal do Brasil em 17/05/1975, p.12.

Dessa maneira, como nos informa o relato de seu Gonçalo, o plano habitacional do Guará II não condizia com as condições financeiras da população da Vila, o que nos indica que a criação dessa região se enquadra na política de especulação imobiliária do Governo do Distrito Federal, da qual nos informa Gouvêa (1995), reservando as áreas mais valorizadas do centro à população de maior renda e expulsando a população mais pobre para periferias mais distantes do centro da capital devido aos altos preços dos imóveis.

Em especial porque a remoção da população da Vila do IAPI para um território distante do centro da cidade não se sustenta sob o argumento de medida preventiva contra a poluição do Lago Paranoá, tendo em vista a construção do Guará II no território vizinho ao que se localizava a Vila, bem como a posterior construção do setor de mansões dentro do território constituinte do anel sanitário⁴⁵. Esse processo de remoção que seleciona qual é a população ideal para ocupar o centro enuncia o caráter eugênico da concepção de cidade moderna e da política de remoção. Como apontado no capítulo anterior, Brasília se insere num contexto mais amplo do século XX em que as concepções de cidade são alteradas pelo processo de urbanização da população brasileira bem como desenhadas pelos ideais modernistas de arquitetura e urbanismo.

Nesse contexto, "constrói-se a cidade burguesa como um território higienizado, ordenado, disciplinado" (CEBALLOS, 2005, p. 8). Esta concepção de cidade moderna, no intuito de romper com o passado e se modernizar de fato, é influenciada pelos pensadores do movimento eugenista no início do século XX, contexto em que esta "ciência" passa a ser vista como ferramenta útil para a formulação de novas ideias sociais e políticas, auxiliares na seleção social de indivíduos inadequados a construção de uma grandiosa nação (IAMASHITA, 2016, p. 60).

Essa concepção eugenista de cidade, de inspiração lamarckiana, muito próximo aos sanitaristas e higienistas, vai enxergar o meio como fator determinante sobre a saúde e a raça de um povo, determinando como preocupações centrais a saúde, a higiene, o saneamento e a situação racial da população (SOUZA, 2005, p.1). Portanto, neste contexto, o melhoramento do povo brasileiro não é entendido mais como uma questão genética e sim, do desenvolvimento das condições socioambientais, de aperfeiçoamento cultural e educacional do povo (IAMASHITA, 2016, p.68). Próxima a versão lamarckiana, no contexto brasileiro, essas ideias eugênicas defendiam ações sociais propositais com vistas a eliminar os hábitos e

⁴⁵ LUIZ, Edson Beú. *Os Filhos dos Candangos: exclusão e identidades*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: PPGHIS/UnB, 2007, p.86

os tipos degenerados: o criminoso, o louco, o mulato, o de prostituta e o alcoólatra, o que Iamashita vai classificar de “eugenia social” (IAMASHITA, 2016, p.72-73)

Assim é que intervenções de autoridades públicas, inspiradas por essa “eugenia social”, irão recair sobretudo na população urbana mais pobre, tendo em vista as condições precárias de moradia, de acesso à saúde, saneamento e higiene, para a construção do modelo ideal de cidade moderna. A expulsão da população do IAPI pode ser entendida como inspirada nessa concepção eugênica e sanitarista de cidade e de sociedade moderna, sobretudo, quando analisado o caráter de reeducação social desse processo.

Retrato disso é a atuação conjunta no processo de remoção da Secretaria de Serviço Social, da Secretaria de Saúde e da polícia. Enquanto a primeira cuidava do censo populacional, os agentes de saúde cuidavam da vacinação da população antes da remoção, bem como da divulgação de métodos de higiene, incluindo os ideais para uma casa de alvenaria (modelo moderno). Quanto à polícia, sua atuação visava punir os infratores do plano de remoção além da realização de “blitz” com intuito de deter “elementos suspeitos”⁴⁶, antes que estes fossem removidos para o novo território. A estigmatização da população da Vila através do retrato apresentado pelo Correio Braziliense reduz essa população justamente aos tipos “degenerados” como sintetiza matéria publicada após o início da remoção:

Promiscuidade. Lama. Crimes. Crianças sujas. Crianças descalças. Crianças sem escola. Sem posto de saúde. Sem recreação. Falta de segurança. De água. De luz. De esgoto. De hospital. De espaço vital. Miséria. Em poucas pinceladas, eis o retrato das chamadas “invasões”, sobretudo a maior delas, a do IAPI (Correio Braziliense, 13/06/71, p.46)

A população do IAPI não condizia com o perfil social e racial necessário para ocupar a cidade moderna, e o seu território era campo de atuação ideal para essa “eugenia social”. Exemplo disso é a diferenciação feita na remoção da população do Morro do Urubu, local onde se situava uma zona de prostituição e os bares na Vila do IAPI. Houve um cuidado especial para a dispersão dessa parte da população, como consta no relato de um dos agentes sociais atuantes no processo:

Veio, mas veio de uma forma assim muito diluída, esse cuidado o pessoal teve de por exemplo, a senhora que tomava conta lá (do prostíbulo), nós colocamos num determinado ponto da cidade aqui e a vizinhança nós levamos para outros locais diferentes, então quebrou, tanto é, que ela tentou manter as atividades aqui na Ceilândia, mas não teve futuro com esse negócio, desfacelou, sumiu [...] algumas quadras ficaram com um número maior desses profissionais e dessas profissionais, mas outras, a

⁴⁶ informações noticiadas pelo Correio Braziliense respectivamente em 14/06/70, p.15 e CB, 25/03/71, p.13

grande maioria ficou diluída no meio da população, então aqui na Ceilândia, logo no começo a gente não tinha um ponto, dizia assim ‘ó a quadra fulano de tal é a quadra que tem o maior número de prostituta na quadra tal’ ou então ‘tem o ponto fulano de tal que é o ponto X da... Ficou separado por isso, e não ficou sendo uma coisa que eu achei interessante que não ficou é carimbado, um bar ou uma casa, uma quadra (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.30)

A dispersão controlada da população do Morro do Urubu é chave para entendermos este outro aspecto da remoção do ponto de vista das autoridades: era uma chance de reeducação social. Uma chance de livrar tal população de seu aspecto de favelado, conforme nos informa a matéria do Correio Braziliense:

[...] será necessário um cuidadoso planejamento para evitar que as invasões – as palavras brasilienses para favela - do IAPI, Bernardo Sayão, Vila Tenório, Vila Esperança, ao serem removidas para Taguatinga, se transformem numa favela nova, maior e única, o que somente a atividade planejada da assistência social poderá evitar (Correio Braziliense, 02/10/70, p.18)

Para auxiliar em tal empreitada, cita o exemplo da atuação da assistência social no complexo Pedregulho no Rio de Janeiro, destacando a educação da população pelos assistentes sociais no que diz respeito a escolha de mobília para suas casas e aos hábitos coletivo como lavagem de roupa, tudo para lhes livrar do “aspecto de favela”, como bem empregavam as crianças que encarregadas de vigiar os jardins enxotavam os ladrões de plantas aos brandos: “isso aqui não é favela”, “já tendo esquecido por completo a sua condição de ex-favelados”. A matéria se encerra com: “valeria a pena estudar o exemplo na hora em que a remoção das invasões está sendo estudada com tão boa vontade, e a readaptação social está em pauta, no afã de concretizar em Brasília o excelente slogan ‘A cidade é uma só’.

A cidade não é e nunca foi uma só. A política de remoção das “invasões”, como ocorreu na Vila do IAPI, é um ponto de partida que nos permite compreender a segregação socioespacial do atual Distrito Federal e sua configuração centro e periferias. Segregação marcada pelas clivagens de classe e de cor. Segundo dados da última Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio (PDAD), realizada pela CODEPLAN em 2018, a população do Plano Piloto corresponde a 7,7% da população do DF, com renda média per capita de R\$ 6.749, enquanto que a população de Ceilândia corresponde a 15% de toda população do DF, mas com renda per capita média correspondente a R\$ 1.225. Com relação a configuração racial, 64% da população do Plano se considera branca, enquanto 30,3% e 4,7% se consideram

respectivamente parda e preta. Nos dados referentes a Ceilândia esse percentual se inverte, 33,3% da população se considera branca, enquanto a maioria, 52,8% e 12,2%, respectivamente, se autodeclaram parda e preta.

Portanto, o processo de remoção vivido pelos moradores e moradoras da Vila do IAPI nos dá conta de um processo complexo, vivenciado e significado de diferentes formas por esses sujeitos, mas que nos anunciam um histórico de exclusão e expulsão da cidade dos elementos considerados indesejados, que resulta em formas muito distintas de viver esse território. A expulsão e apagamento dessas pessoas da história de Brasília, no entanto, não resume suas trajetórias que, a despeito de tais tentativas, irão inscrever no Distrito Federal uma das muitas histórias que compõem esse território: a formação de Ceilândia.

Capítulo 3. Ceilândia, terra de esperança e do minhocoçu⁴⁷

Na manhã de sábado, chegava ao centro da Ceilândia, a primeira caravana constituída de sete caminhões e cinco ônibus da TCB [...] Em um palanque armado no centro do núcleo, foi realizado um culto ecumênico em ação de graças, em homenagem à fundação da Ceilândia. Após o ato religioso, o Governador Hélio Prates da Silveira, acompanhado da Primeira-Dama da cidade e presidente da Campanha de Erradicação de Invasões, Sr, Vera de Almeida Silveira, e de todo o Secretariado do GDF, recebeu as primeiras famílias transferidas da Invasão do IAPI, cumprimentando-as e dando-lhes as boas-vindas (DODF, 31/03/71, p.1)

Em tom de comemoração, a reportagem do Diário Oficial do Distrito Federal anunciava a chegada das primeiras famílias à Ceilândia, ritualizada como concretização do grande feito do governador e símbolo da campanha humanitária liderada pela primeira dama. No entanto, a narrativa do DODF deixou de fora aquilo que não condizia com a comemoração, mas que figura na memória de quem estava naquela plateia e permaneceu no local após a saída dos convidados ilustres:

[...] foi na QNM 23 [a festa] e lá nesse dia quando o governador chegou, ele abriu uma torneira, a água jorrou naquele momento, quando ele foi embora, três horas da tarde não tinha uma gota d'água mais na Ceilândia, então a partir daí foi no caminhão pipa e no decorrer da gravação nós vamos falar sobre a distribuição de água. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.17)

Assim, a Ceilândia será representada no veículo oficial do governo e na grande mídia como a terra da esperança para a população removida, a solução humana para um grande problema e a chance de melhoria de vida para seus habitantes. Enquanto a elaboração do mesmo território nos relatos orais descreve um cenário completamente diferente: um cerrado virgem, com muita poeira, lama e carente de infraestrutura básica, cheio de bichos, como relata Maria das Graças que era criança ao chegar na Ceilândia e tem marcada em sua memória a lembrança do minhocoçu:

É, tinha cobra, tinha cobra e a gente era criança e uma coisa que muito nos assustava, era quando começavam as primeiras chuvas, então de repente do chão brotava aquelas minhocas bem grandes, tipo minhocoçu, e a noite a gente não conseguia dormir com medo daquele bicho sair debaixo da cama entendeu? E vim para a cama da gente, e nós nunca tínhamos visto um bicho daquele, então nós ficamos impressionados, bastava chover daí a

⁴⁷ Termo usado por muitos entrevistados para se referir a uma minhoca quase cobra cujo tamanho assustava os moradores da Ceilândia em seus primeiros anos.

pouco ia apontando a cabecinha assim ia saindo e a gente ficava apavorada, depois que a gente foi familiarizando com o bicho não, aí já viu, que já virou até brincadeira, a gente punha na ponta de um pau e saia correndo atrás dos outros, para jogar nos outros. (PIMENTEL⁴⁸, Maria das Graças. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2001, p.15)

O presente capítulo se destina a sobrepor e investigar estas imagens e representações da Ceilândia em seus primórdios, tecendo os intrincados fios que compõem a história deste território, reconhecendo suas complexidades e contradições, mas também as continuidades desde a Vila do IAPI. Como anunciado anteriormente, seguimos alinhadas ao propósito de reconhecer a agência daquelas e daqueles que, mais uma vez, precisaram inventar estratégias de desdizer caminhos para forjar a Ceilândia real, a despeito daquela idealizada pelo poder público.

3.1. E o que era festa virou melancolia...

Ceilândia, num futuro próximo, significará para o povo de Brasília a síntese da humanitária campanha empreendida por senhoras da sociedade para dar melhores dias aos que hoje ocupam habitações subumanas nas chamadas 'invasões'. Foi dado esse nome à zona residencial, na certeza de que se está perpetuando com ele *um exemplo que deve ser seguido* em todas as cidades onde a administração pública deparar-se com problemas de favelas. A sigla CEI figura como prefixo da palavra composta - Ceilândia- como uma realidade brasiliense: nela estão significadas a abnegação, o desprendimento e a vontade do povo de uma cidade de colaborar na extinção de uma chaga social (DODF, 10/02/71, p.2, grifo meu)

O texto citado acima foi publicado no DODF pouco antes do início da remoção, mas já anunciava a história que o governo pretendia contar sobre esse evento. Ceilândia é elaborada enquanto síntese da campanha humanitária das senhoras da alta sociedade de Brasília, o nome da cidade deriva de tal empreitada e carrega o simbolismo de seus valores: a abnegação, desprendimento e a participação do povo (os brasilienses) na extinção de uma chaga social. Figura ainda como um modelo a ser seguido para resolver o problema das favelas em outras partes do país.

Aos moradores da nova cidade é relegado um lugar à margem nessa história, amalgamados disformemente, mais uma vez, como aqueles que “ocupam habitações subumanas”, representantes de uma “chaga social”. Mais uma vez, não há espaço para

⁴⁸ Maria das Graças é mineira, professora, formada em pedagogia. Era criança quando a família chegou no IAPI.

reconhecer as subjetividades, as oposições ou as reivindicações dessa população, bem como sua participação ativa na construção dessa história. Aparecem mais uma vez como objetos, peças que agora não mais são movidas por Juscelino Kubitschek, mas por Hélio Prates da Silveira, para ocuparem um espaço mais cômodo na história e no território do Distrito Federal.

Na leva de entusiasmo com a remoção, se mantém o discurso que assegura toda infraestrutura à população da Ceilândia, conforme a fala do Secretário responsável pelo processo noticiada pelo Correio Braziliense às vésperas do início da remoção:

Frisou [o secretário do Serviço Social] que o Governo do DF preocupou-se desde o início com a dimensão humana da remoção e em oferecer melhores condições de vida aos removidos, por isso estabeleceu prioridades, como a implementação de uma completa rede escolar, pavimentação dos eixos principais, água, energia elétrica, sendo que os outros serviços públicos serão implantados gradativamente (Correio Braziliense, 21/03/71, p.2)

Discurso este, confirmado no DODF, mesmo quando parte da população já se encontrava assentada na Ceilândia:

[...] o trecho ora ocupado já dispõe de oito quilômetros de ruas asfaltadas e com rede de água instalada. Tem ainda três linhas de ônibus, duas escolas-classe, um micromercado, várias casas comerciais, dez entidades assistenciais particulares e quatro igrejas (DODF, 03/06/71, p.1)

Diante de tal narrativa, a realidade da Ceilândia parece mesmo positiva: a população que antes não tinha acesso à água, saúde, educação, saneamento e infraestrutura passa a desfrutar de tudo isso no novo território já nos primeiros meses de residência. Tal feito ficou conhecido internacionalmente, conquistando o reconhecimento até mesmo do Diretor do Centro Interamericano de Habitações, da Organização dos Estados Americanos, Dr. Roberto Penida, na afirmação de que “O Brasil encontrou solução para problema habitacional” (DODF, 19/08/71, p.1). Assim a Ceilândia é elaborada na narrativa oficial do DODF como um grande feito, quase como uma nova Brasília, e tem - assim como a capital - um herói responsável por sua consolidação:

[...] com a total erradicação da chamada ‘Invasão do IAPI’, o governador Hélio Prates da Silveira concluiu com êxito a primeira fase de uma campanha de inapreciável alcance social: acabar com as favelas que tanto enfeavam certos recantos da Capital da República. Com arrojo notável e espírito público, foi criada a Ceilândia, nova cidade-satélite que abrigou as milhares de famílias até então vivendo em precárias moradias improvisadas, nas piores condições de higiene e na maior promiscuidade com marginais. (DODF, 12/11/71, p. 1)

Conforme aponta Eni Orlandi, há um discurso do urbano que confere sentido às cidades. Esse discurso do urbano - no molde das cidades modernas - tende a abrigar o social enquanto polido e administrativamente policiado, tendo em vista a manutenção da organização, da ordem urbana (ORLANDI, p.4). Nesse discurso do urbano evitam-se os conflitos, silenciam-se as demandas e evitam-se as transformações. No entanto, a autora faz questão de ressaltar que este discurso também é composto de falhas, de incompletudes, possibilitando a formulação de novos sentidos das cidades.

Na contramão desse discurso polido sobre a Ceilândia, na forja de outros sentidos, e na reivindicação de um social insurgente, é que se situa a elaboração dos próprios moradores sobre esse território, que expõe contradições e conflitos do nascimento dessa cidade. Longe dos faustos de um grande feito e expondo condições que põem em xeque o caráter “humanitário” da remoção, nas memórias desses sujeitos as dificuldades iniciais ocupam espaço significativo:

O mato, pau para cortar, pra fazer um lugarzinho de botar o colchão ali em cima de umas tábuas, a lona a gente não tinha, botava era cobertor sabe? Fazia assim de tábua para entrar, quando chovia a gente ficava podia dizer na chuva, eles (os maridos) trabalhavam a noite toda emendando pedaços de tábua para a gente ficar dentro (JESUS, Ana Maria de. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.10)

Ao ser questionada sobre a paisagem que encontrou assim que chegou na Ceilândia, dona Ana Maria, como tantos outros, descreve o cerrado virgem que a população removida encontrou ao chegar no local onde lhes haviam prometido uma cidade. No lugar das casas, tudo que havia eram quatro tocos de madeira sinalizando a demarcação dos lotes que deveriam ser erguidos por cada família. Até que conseguissem levantar novamente seus barracos, a partir do que havia sobrado da derrubada na Vila do IAPI, a situação de muitos fora semelhante a de seu Domingos: "eu e a minha esposa ficamos 15 dias debaixo de uma barraca aí" (BORGES, Domingos José. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.17).

Muito aquém do prometido, os moradores e moradoras precisaram tecer suas próprias estratégias para acessar a tal moradia digna prometida pelo governo⁴⁹. Uma dessas estratégias consistia na realização de mutirões em que os vizinhos se reuniam para a construção das

⁴⁹ O acesso à moradia na Ceilândia é palco de luta que se estende pelos anos 1980, a conquista da posse legal dos lotes entregues em 1971 pela maior parte da população só se deu depois de muita luta organizada pelo movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia, conforme apresentado por GUILDI (2013).

casas, forjando aí também novos laços de vizinhança, construindo não só uma cidade, mas também uma comunidade:

Exatamente, tinha união, você via alguém fazendo seu barraco, era (pá, pá, pá), aquele martelo batendo dia e noite, noite e dia, aquele que terminava primeiro chegava, chegou alguém ‘como é Raminho, terminou o seu serviço aí’, estou quase terminando, ‘quer uma mãozinha aí eu venho’, eu tive alguém que se ofereceu, também eu peguei o meu pessoal e ofereci para alguém, ‘como é terminou lá’, ‘não fazer o piso’ eu digo ‘bora fazer um mutirão’, esse mundo é nosso, tem que olhar o lado um do outro, eu acho bonito isso aí. (LIMA⁵⁰, Severino Ramos. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.16)

A população se organizou coletivamente para levantar as próprias moradias nos terrenos vazios inaugurados pela administração. Na época da inauguração havia apenas uma casa de alvenaria construída pelo governo para que servisse de modelo para as demais a serem construídas pela população, no entanto, a maior parte da população não possuía renda suficiente para a compra de materiais de construção, e utilizavam os restos dos barracos desmanchados na remoção para erguer suas moradias.

Aqui cabe questionar: mas e os recursos arrecadados pela Campanha de Erradicação das Invasões com o intuito justamente de garantir melhores condições de moradia para essa população? Um dos agentes sociais atuantes na recepção da população, explica como era feita a ajuda à população e o repasse desses recursos:

[...] esse pessoal tinha que se virar, aquele que não tinham condições a gente ajudava a montar um barraquinho pequenin, e fizemos milhares de barraquinho 3 por 4, 12 m², era a medida padrão para quem não tinha condições nenhuma [...] aquele que não tinham material suficiente a gente arrumava para eles também, as vezes uns eram doados, mas na maioria era vendido, o material era vendido para eles, aquelas tábuas velhas, cheias de nó, de refugo que vinha do Paraná, dos pinheirais do Paraná, então aquilo tudo tinha um preço simbólico, a gente tinha um cuidado de evitar um pouco essa política do dar. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p. 16-17)

Para aqueles que não tinham nenhuma condição, o serviço social construía um barraco de 12m², condição ainda muito precária para abrigar as famílias, tendo em vista à tal moradia digna prometida pelo governo. Os recursos arrecadados pela campanha “humanitária” eram emprestados para a população com intuito de evitar a “política do dar”,

⁵⁰ Seu Severino, também conhecido como Raminho Baião, é paraibano. Foi servidor público, agente de polícia aposentado. É cantor, compositor e tocador de sanfona.

de forma que construíssem suas casas com o próprio esforço a partir da compra de madeiras velhas. Diante da falta de renda até mesmo para o empréstimo, a maioria reconstruiu seus barracos com o que sobrou da remoção. A questão da moradia, mais precisamente a ausência delas na Ceilândia, também fora noticiada pelo Correio Braziliense, num breve momento de crítica às medidas do governo, como consta na coluna de Ari Cunha:

Ontem assisti a chegada dos primeiros moradores. Triturou-me o coração ver uma banda de polícia distraindo a garotada inocente transportada em ônibus do governo para bater palmas. Ver os caminhões com restos de barracos feitos de hóstias de Eucatex, na exibição de uma miséria grotesca aos olhos das autoridades [...] Sairão, é certo, das vistas dos turistas que chegam de automóvel. Sairão do caminho da granja presidencial, mas continuarão a miséria em barracos apodrecidos, pois o planejamento deficiente transferiu os moradores sem lhes financiar casas (Correio Braziliense, 28/03/71, p.3)

Crítica reforçada por outra matéria no jornal que considera precipitada a remoção sem a previsão de financiamento das casas, questão agravada pela “azarenta coincidência” da chuva que caiu assim que os primeiros moradores desceram dos caminhões no novo território, transformando o que era festa em melancolia, crítica voltada mais para a manutenção do aspecto de favela do que para a falta de abrigo para a população recém chegada, mas sem esquecer os pontos positivos da remoção:

Talvez um barracão provisório, de dimensões adequadas, capaz de abrigar provisoriamente o pessoal escalonado para a transferência, aliviasse a situação e estabelecesse um mais adequado ordenamento do processo” [...] é certo que o núcleo populacional que começou a ser formado oferece condições infra estruturais inexistentes na Vila do IAPI, mas não lhe tira o aspecto de favela, embora uma favela arruada, loteada [...] É claro que o problema não é de fácil solução. Nem os defeitos apontados invalidam o programa governamental ou a campanha dele decorrente (Correio Braziliense, 30/03/71, p.4)

A falha da remoção não é apontada pela condição desumana a qual fora submetida a população na Ceilândia, desrespeitando todos os direitos básicos do cidadão, mas consiste na falha do projeto higienista e eugênico que sustentou tal empreitada ao não alcançar a tal reeducação social, mantendo-se o aspecto de favela e a condição de favelado mesmo num território legalizado. Esse breve momento de crítica ao governo quanto a fundação de Ceilândia é solapado no mês seguinte por uma nova onda de entusiasmo e, pelo que parece, uma preocupação em se retratar do dito que forçosamente deveria ser silenciado:

Ceilândia é a realidade! A famigerada ‘invasão do IAPI’ vai ficando na poeira do tempo... A transformação, processada em ambiente festivo, veio

provar que o atual Governo do Distrito Federal está levando a sério o problema de eliminação das favelas que tanto deturpam a belíssima paisagem brasiliense. (Correio Braziliense, 04/04/71, p.35)

Ressaltando a seriedade do comprometimento do governo em resolver o problema das favelas, a matéria vai ainda lembrar de uma das nobres justificativas da empreitada: preservar a belíssima paisagem de Brasília. Mas para se retratar por completo com relação às críticas dispensadas anteriormente, o jornal vai fornecer uma nova interpretação para ausência de casas na Ceilândia, dessa vez mais condizente o governo autoritário vigente na época:

A própria filosofia de valorização da capacidade humana desaconselha o processo paternalista. Todo homem, por mais miserável que seja pode dar algo de si mesmo. Menosprezar essa capacidade é desprezar um dos atributos mais inalienáveis do ser humano. O governador não dará casa aos favelados, mas lhes dará todas as condições possíveis para que cada um construa sua casa própria: financiamento a longo prazo, incentivo a ajuda mutua, orientação técnica e assistência jurídica (Correio Braziliense, 13/06/71, p.46)

Assim, o que era uma falta de planejamento se transforma em uma medida de “valorização da capacidade humana”, perspectiva muito mais alinhada ao discurso desenvolvimentista do regime militar que se afasta do caráter paternalista da velha política dando suporte para que cada indivíduo, "por mais miserável que seja", possa desenvolver seu potencial, apagando todos os problemas sociais na aposta do esforço individual. A partir daí, então, vai se concretizar a narrativa pública sobre a remoção e a criação da Ceilândia, cuja síntese podemos encontrar em matéria do Correio Braziliense que se destina a comparar IAPI x Ceilândia.

A Vila do IAPI será representada como tudo que havia de ruim⁵¹, como citamos no capítulo anterior um trecho referente a mesma matéria. A remoção, será apresentada enquanto grande feito do governador Hélio Prates legitimado por duas nobres razões: "o governo local arregaçou as mangas e começou a luta animado por dois princípios: dar melhores condições à população favelada e livrar o Distrito Federal dos perigos da poluição num futuro não muito distante". E a Ceilândia emerge como a nova Brasília, terra de esperança e de oportunidades, ilustrada pela fotografia do terreno vazio, abaixo do anúncio “Como se constrói dignidade humana” cuja legenda define enquanto “A perspectiva. A esperança. A colocação de metas. Escolas definitivas. Respeito à dignidade humana. Áreas demarcadas. Crescimento planejado.” (CB, 13/06/71, p.46)

⁵¹ Conforme já citamos anteriormente, destacamos as seguintes expressões como recorrentes: Promiscuidade. Lama. Crimes. Crianças sujas. Crianças descalças. Crianças sem escola. Sem posto de saúde. Sem recreação. Falta de segurança. De água. De luz. De esgoto. De hospital. De espaço vital. Miséria.

No entanto, o espaço vazio da Ceilândia significou para seus primeiros moradores e moradoras a luta cotidiana pela sobrevivência, a elaboração constante de estratégias para acessar direitos básicos, como água, luz, saneamento, transporte, alimentação, saúde e educação. Distantes da idealização construída nos discursos da administração pública e da mídia, as memórias desses homens e mulheres nos dão conta de outros cenários do início da Ceilândia.

3.2. A cidade, criação da comunidade

O acesso à água, uma grande promessa do governo, se constituiu como um importante palco de luta para esses homens e mulheres. Depois da solenidade de inauguração da cidade, em um dos raros momentos que a água jorrou da torneira nos primórdios da Ceilândia, o sistema de abastecimento da população que vigorou foi o dos caminhões pipas, cujo funcionamento precário nos informa o relato de um dos agentes sociais atuantes na recepção das famílias removidas:

Era no carro pipa, esse era o dia todo e a noite toda, isso não tinha intervalo. [...] Ia trocando as pessoas que não iam agüentado mais trabalhar naquele dia, ia trocando por outra porque a quantidade de carro permaneceu a mesma durante muito tempo, então o carro pipa entrava na nas ruas assim e tinha uns pontos dos tambores, as pessoas compravam esses tambores de óleo de 200 litros e amontoava num determinado canto, quando o caminhão entrava na rua de madrugada e começava a buzinar e ali você via tudo quanto é porta abria, tudo quanto é porta ia abrindo aquilo, o pessoal saía naquele desespero, gente pelado, gente nu, semi vestido, do jeito que tivesse, porque o caminhão só passava ali quinze dias depois, o caminhão não passava ali com frequência porque não dava tempo. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.22)

A água que jorrou na torneira aberta pelo governador na festa de inauguração fazia parte da única rede de água que foi disponibilizada para população, localizada na quadra 23, que recebeu as primeiras famílias. A exibição da água encanada fez parte da programação do espetáculo que pretendia inaugurar a nova terra da esperança, no entanto, para a maior parte da população o acesso a água continuava a ser precário, e mesmo sendo um direito básico, essa população precisou dispor de suas próprias estratégias para acessá-lo, mesmo as famílias localizadas na área onde se encontrava a rede de água:

Um dia minha filha, eu não tinha água nem para fazer a comida, eu fui pra caixa d'água, que primeiro eles fizeram aquela caixa d'água ali, não sei se você alcançou, que tem hoje. Aí eu cheguei lá: 'Moço.' 'Quê que foi?'

Aborrecido, 'Moço, pelo amor de Deus solta a água aí pra ir pra casa' que nós já tínhamos encanada, 'em casa num tem uma gota d'água, nem pra lavar roupa, nem pra dar banho em menino nem nada'. 'Não, mas eu num posso fazer isso.' 'Cê num pode não né?' 'Não, infelizmente não'. 'Amanhã o senhor vai ver, eu e minhas vizinha tudo encostar aqui com a meninada para tomar banho, lavar roupa e levar roupa limpa pra casa tá bom?' Quando eu cheguei em casa a água já estava nas torneiras. A gente tem que ser assim minha filha. [...] É, pelos direitos da gente [...] (NASCIMENTO, Severina Etelvina. *Depoimento* - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.12)

Assim como dona Severina, muitas das primeiras moradoras da Ceilândia travam cotidianamente embates com servidores públicos para reivindicar o direito básico de acesso à água. Diante do descaso daqueles que deveriam assegurar tal direito, dona Severina lança mão de uma das mais eficazes estratégias dessa população para acessar seus direitos: a coletividade. É quando ela ameaça organizar suas vizinhas para junto com as crianças lavarem as roupas e tomarem banho na sede da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) que então tem sua reivindicação atendida.

Esse é um exemplo que nos permite tangenciar a diferença entre *cidadania formal* e cidadania substantiva, apontadas por James Holston. Diante do Estado, supremo planejador da cidade moderna que escolhe sua população ideal, a cidadania formal (condição de quem pertence a uma determinada comunidade política) não é condição suficiente para acessar aos direitos civis, políticos e sociais, constituintes de uma cidadania substantiva (HOLSTON, 1996, p. 250) Assim, dona Severina, mesmo sendo cidadã formal, é impedida de acessar um direito básico como água e passa a fazer uso de estratégias possíveis para burlar esta barreira, o que podemos considerar, segundo o mesmo autor, como mais um exemplo de cidadania insurgente dessa população⁵².

A remoção afetou de forma drástica a vida das mulheres que se encontravam na linha de frente da luta pela água na Ceilândia, tendo em vista que, na maioria dos casos, eram encarregadas de cuidar da casa e das crianças enquanto os maridos passavam o dia fora trabalhando em Brasília. Era missão destas mulheres garantir a água para a preparação dos alimentos, para o banho das crianças e para a lavagem de roupas. Atividade esta que impactou inclusive financeiramente a vida dessas mulheres, tendo em vista que em suas antigas moradias, muitas lavam roupa para outras famílias de forma remunerada, o que passa a ser quase impossível na realidade da Ceilândia (GOUVÊA, 1995, p.69). Mas não só a água foi uma questão crucial para as primeiras moradoras da Ceilândia:

⁵² como explicado no primeiro capítulo, p.6.

[...] Teve uma coisa que eles chamavam muito atenção na época, não só a mim, mas todos nós que trabalhávamos na remoção, que nós recebemos uma mãe solteira, que tinha uma criança e fizemos um barraquinho para ela de 3 por 4 desse pequenino, fizemos rapidinho, logo que ela chegou nós mandamos montar o barraquinho lá e ela sumiu, ela desapareceu, nesse dia nós não vimos mais [...] o certo é que no final do dia, não sei do mesmo dia, do dia seguinte, nós escutamos uma criança chorar muito e nós fomos lá ver e tinha um... [...] Esses barracos eram feitos assim com o que tinha, ele não tinha assim... ficava muita fresta, muita tábuas grudadas, encostada uma na outra e quando nós olhamos tinha um menino amarrado pelo pé com a corrente, e nós entramos, empurramos a porta e entramos, e tinha uma tigelinha de arroz, uma tigelinha de água e ele amarrado pela perna chorando [...] Eu sei que quando ela chegou estava todo mundo ali encostado para brigar com ela, todo mundo encostado, as Assistentes Sociais estavam ali, eu sei que ela chegou disse.. o pessoal começou a brigar com ela, porque tinha feito aquilo, ela foi disse o seguinte: 'então me arranje um jeito, eu só tenho essa criança, tenho que trabalhar e a minha patroa não aceita criança na casa, e meus vizinhos que tomavam conta dele vocês não puseram junto de mim, eu não conheço ninguém aqui, se vocês tomarem conta eu não amarro mais, se não tomar conta amanhã ele vai tá amarrado de novo. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.27-28)

A “racionalidade” da remoção, da qual falava o secretário do serviço social, não levou em consideração questões tão cruciais para a população removida, como as redes de vizinhança que, para além dos laços afetivos, formavam uma verdadeira rede de apoio, de suporte à sobrevivência daqueles que não poderiam contar com o Estado para tal, como o caso dessa mãe solo relatado por um dos agente sociais que sem poder contar com a ajuda de seus antigos vizinhos no novo território não viu outra solução para garantir a própria sobrevivência e a do filho a não ser amarrá-lo enquanto estivesse fora no trabalho.

De fato, os relatos dos agentes sociais atuantes nos primeiros anos da Ceilândia nos dão conta de uma realidade caótica, em que casos como este eram corriqueiros e impactavam a vida até mesmo destes trabalhadores:

As dificuldades eram muito grandes, primeiro porque não tinha comércio, o comércio era fraco, comércio tava começando a surgir [...] Segundo, a falta d'água, essa o maior terror da Ceilândia, as ruas escuras e a falta de asfalto, esgoto e uma série de outras benefícios não tinham chegado ainda à cidade, então a gente tinha que sair a tão..... esse trabalho era feito pela CAESB, pela Secretaria de Serviços Sociais, pela Fundação (Fundação do Serviço Social), representada pelo CDS (Centro de Desenvolvimento Social), a gente tinha que correr atrás de caminhões pipa pra encher esses chafariz, pra encher tambor, filas e mais filas [...] Ceilândia só teve sua... sua... seus benefícios mais a contento do morador a partir da criação da Administração de Ceilândia, que se deu em 1975. (RIBEIRO, Eliezer Marques. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.9-10)

Todo tipo de problema (chegavam até os agentes), e às vezes as pessoas que trabalhavam, absorviam esses problemas e não conseguiam desvencilhar-se deles, ia para casa e dormia com esses problemas e acordavam com eles e não tinha assim muita solução fácil, aliás, solução era quase nenhuma, e terminava esse pessoal se perturbando muito, muitos ficaram perturbados com esse trabalho (p.7). [...] Aqui tinha um Serviço Social que era quem fazia quase tudo, era a polícia, a justiça da época, tudo era o Serviço Social aqui que fazia, as assistentes sociais da época tiveram um trabalho monstro. (MENDES, Ilton Ferreira. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.25)

No primeiro relato, Eliezer nos descreve o vazio de direitos, os quais chama de benefícios, com o qual tiveram que lidar os agentes sociais na Ceilândia inaugurada: não havia comércio, água, luz e esgoto, “benefícios” que só passaram a ser acessíveis de forma mais concreta à população no novo território a partir da criação da administração da cidade em 1975. Diante deste vazio de direitos, os agentes sociais tinham que lidar com todo tipo de situação, como relata Ilton, cotidiano desumano que acarretou a sobrecarga, a perturbação, de muitos envolvidos nesse trabalho impossível de dar conta, tendo em vista o abandono do próprio Estado. Estado este que sintetiza suas responsabilidades (a garantia do acesso aos direitos básicos dessa população) no trabalho da Secretária de Serviço Social, travestindo cidadania de assistencialismo.

Os cenários descritos por esses homens e mulheres, bem como pelos agentes sociais, destoam bastante daquele descrito no Correio Braziliense e no DODF. A terra da esperança da narrativa pública, figura como terra de ninguém nos relatos de seus moradores e de suas moradoras, exemplo do que Mariana Setúbal define enquanto estado permanente de exclusão, projeto que estrutura as “cidades-satélites” do DF e que impõe às suas populações uma existência a partir do “aborto territorial”⁵³, existência “constituída às margens do que é reconhecido como sociedade pelas elites no poder” (, 2018, p.580).

Conforme ressalta James Holston (1996), a partir da ocupação das cidades modernas por pessoas cujo perfil não condiz com aquele que consta no plano diretor, evidencia-se a natureza problemática do pertencer à sociedade, a partir das práticas de sujeitos com histórias, culturas e demandas que rompem com categorias normativas e aceitas na vida social. A luta por pertencer à sociedade e acessar uma cidadania substantiva é palco das reivindicações das formas de cidadania insurgentes, já citadas anteriormente e definidas pelo autor enquanto formas insurgentes do social, que a despeito das barreiras impostas pelo Estado de acesso à direitos, se constituem enquanto estratégias que estão fora do Estado, que “introduzem na cidade novas práticas e identidades que perturbam as histórias estabelecidas”

⁵³ Expressão que Setúbal ressalta, fazendo um destaque à fala do cineasta ceilandense Adirley Queirós

(HOLSTON, 1996, p.250)

Podemos afirmar que a Ceilândia se constrói a partir das práticas de cidadania insurgente dessa população que diante do abandono estatal, elaboraram estratégias de sobrevivência para lidar com a negação do acesso aos seus direitos. O cenário que daí emerge, muito diferente da terra da esperança, é o da guerra, que se poderia supor não declarada, se a vitória não fosse festejada no jornal ao final da remoção das famílias do IAPI para o novo território:

o novo local, cuja escolha foi precedida de adequados estudos, foi dotado dos requisitos básicos que lhes retira as características básicas de favela e lhe proporciona o desenvolvimento de verdadeira cidade, ou pelo menos de grande bairro [...] *uma batalha foi vencida, mas a guerra continua* (se refere a erradicação das demais favelas). Hoje, a ninguém mais é lícito duvidar do êxito do empreendimento. O governo Prestes da Silveira não só aceitou o desafio como *se armou convenientemente* para vencer o duelo (Correio Braziliense, 09/11/71, p. 4, grifos meus)

Além de insistir no argumento de que o novo território, escolhido depois de muito estudo, é dotado das condições básicas para o desenvolvimento da população, e principalmente, para a superação do aspecto de favela, essa matéria nos permite entender um outro significado da empreitada de Hélio Prates: a guerra contra a população mais pobre, para qual o governador “se armou convenientemente”, provavelmente de seu poder de vida e de morte, enquanto detentor dos meios que asseguram a sobrevivência da população como o acesso à água, saneamento e saúde, garantidos no discurso público, mas ausente substantivamente na Ceilândia inaugurada.

Nessa batalha, a população, por seu turno, se municiou das estratégias de cidadania insurgentes, formas de garantir direitos básicos fora do Estado, tendo em vista que este figura como seu principal oponente. A luta das mulheres pela água pode ser entendida como uma dessas formas, mas também a própria coletividade, os laços de vizinhança enquanto constituintes de uma forte rede apoio, perceptível no caso da mãe do solo e dos mutirões de construção de casas.

A organização coletiva da comunidade foi um fator estruturante da construção da cidade, como nos dá conta o relato de Maria de Lourdes Abadia, na época agente social, mas que posteriormente se tornou a primeira administradora da Ceilândia. Ao relatar sobre o trabalho do Grupo Executivo de Consolidação da Ceilândia, criado em 1971 a partir da Secretaria do Serviço Social para proceder com o efetivo assentamento da população no território e a construção da cidade, explica que foi realizado um trabalho de levantamento de

lideranças comunitárias em cada quadra da Ceilândia, lideranças estas que formavam o elo entre administradores/assistentes sociais e a população de forma a viabilizar o trabalho deste grupo:

[...] surgia (as lideranças comunitárias), e a gente ia ver, realmente às vezes era o dono da mercearia que vendia fiado para todo mundo, que emprestava às vezes o dinheiro quando ele não tinha para poder pegar o ônibus, era o que emprestava para ele comprar um remédio, dinheiro para ele pagar no fim do mês, sabe sempre tinha esse tipo de liderança muito na linha da solidariedade, da ajuda, então eram lideranças muito verdadeiras, embora analfabetas, embora não sabiam nem o que era isso, mas na espontaneidade assim da comunidade ele era eleito como aquela pessoa que a maioria confiava, gostava. (ABADIA, Maria de Lourdes. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.19)

Portanto, as redes de apoio comunitário estruturaram o novo território, criaram Ceilândia a partir da forja de uma comunidade. Redes estas que também tecem uma continuidade, representando um resquício da Vila do IAPI no novo território:

[...] e o bar do maninho, quando eu digo bar do maninho, porque esse cara deve ser um cantador de bar, não tenha dúvida, também sou, mas é porque o maninho foi um daqueles pioneiros que atende aqui, tinha um barzinho onde reunia os colegas que já vinha da Vila do IAPI, que ele conhecia ali [...]. (RIBEIRO, Eliezer Marques. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.21)

Embora a narrativa do jornal e do diário oficial tenha apresentado a Ceilândia enquanto realidade completamente desligada da Vila do IAPI, fruto da empreitada heroica do governador, no relato do agente social acima citado, bem como em muitos outros, as redes de apoio, de suporte e de afeto construtoras da comunidade ceilandense começaram a ser tecidas ainda na Vila do IAPI. É certo que a remoção desorganizou muitas dessas redes, mas outras se mantiveram no novo território, a exemplo do bar de seu Maninho, ponto de encontro dos velhos amigos da Vila do IAPI. Muitos relatos apresentam com satisfação a manutenção da rede de vizinhança do IAPI na Ceilândia, como é o caso de seu Domingos: "*Era rua padre Lino (onde morava na Vila do IAPI), esquina com a rua Nova, então essa mesma esquina que ficou aqui era da gente que estava lá, eu fiquei na esquina e a vizinha ficou aqui, então do mesmo jeito, ela mudou comigo.*" (BORGES, Domingos José. Depoimento - Programa de História Oral. Brasília, Arquivo Público do Distrito Federal, 2002, p.12)

Assim, os relatos orais nos dão conta de uma outra elaboração da fundação de Ceilândia, bem destoante da imagem idealizada e propagada no Correio Braziliense e no DODF. Enquanto terra da esperança, grande feito do governador Hélio Prates, símbolo da

campanha humanitária das senhoras da alta sociedade de Brasília, Ceilândia é retratada como cidade dotada de toda a infraestrutura básica, onde a população pode desfrutar de acesso a água, luz, asfalto, saúde e educação. E também o lugar que propagava a ideia de construção da dignidade dessa população, a partir do apagamento de seu passado na Vila do IAPI.

Por outro lado, as primeiras moradoras e os primeiros moradores desta cidade nos dão conta de um cenário muito diferente, onde o vazio da estrutura básica se tornou palco da luta coletiva pela sobrevivência diária, território ausente de direitos, vazio que se faz cidade a partir da luta desses homens e mulheres que, acostumados a desdizer caminho, mais uma vez lançaram mão de estratégias próprias para construir uma realidade possível no território do Distrito Federal. A agência desses sujeitos, homens e mulheres, agora se evidencia pela determinação de forjar novamente uma comunidade, reterritorializada, mas também tecida por fios sobreviventes desde a Vila do IAPI.

Considerações Finais

A narrativa aqui apresentada foi construída a partir da oposição aos apagamentos e silenciamentos das narrativas hegemônicas da história do Distrito Federal, partindo do reconhecimento da pluralidade de histórias e sujeitos que compõem este território, mas não só. Buscamos também superar a abordagem genérica e generalizante das histórias das populações periféricas do DF, comumente tratadas enquanto blocos homogêneos e em destoante contraste com o centro. Por isso, partimos das palavras e das memórias dos homens e mulheres que construíram a Ceilândia e teceram outros caminhos para a história do DF, a despeito daquela idealizada no Plano Piloto. Fazendo coro com Adirley Queirós na afirmação que encerra seu filme Branco Sai, Preto Fica e que abre este trabalho, “da nossa memória fabulamos nós mesmos”. Trata-se do esforço de criar outras narrativas sobre as periferias que compõem o DF, na reivindicação de se definirem e inventarem por si mesmas. Trata-se de centrar a periferia, mudando o foco narrativo. Acreditamos assim, que podemos pautar elementos constitutivos de uma narrativa contra-hegemônica.

Por isso, buscamos traçar a história desde a Vila do IAPI até a Ceilândia a partir dos fragmentos de pertencimento dessa população com o território interdito, bem como partindo do reconhecimento da agência histórica daquelas e daqueles que figuram como peças acessórias nas narrativas hegemônicas. Na busca por elementos contra-hegemônicos, entendemos a Vila do IAPI enquanto fruto da insurgência daquelas e daqueles que desdisseram caminho ao lugar da passagem que lhes havia sido posto pelo Plano Diretor de Brasília. Foi como sujeitos históricos que ergueram espaços de permanência neste território. Reconhecemos na política de remoção das “invasões” a atuação segregadora do governo que constrói o DF a partir da dualidade centro/periferia, expulsando aqueles elementos considerados indesejados da formação de sua população, demarcando fronteiras de acesso a direitos básicos. Também reconhecemos a atuação da comunidade neste processo que, movida a partir de seus próprios interesses, viu na chance de conseguir a ocupação legal da terra um meio de acessar as reivindicações que historicamente pleiteavam junto ao poder público: infraestrutura, saneamento básico, moradia, saúde e educação.

Por fim, reconhecemos a Ceilândia enquanto criação da comunidade que ergueu uma cidade no espaço quase vazio inaugurado pelo poder público a partir das próprias estratégias de sobrevivência e, principalmente, de resistência. Sustentada nas redes de apoio e de afeto, a população partiu da organização coletiva para assegurar a sobrevivência diária diante de um Estado operador da exclusão, mas para além disso, construiu esta cidade também

reivindicando vida onde o Estado só viu ausências.

Esperamos com isso somar nos esforços que têm sido empreendidos para a construção de narrativas plurais sobre as experiências periféricas no Distrito Federal. Partimos da Ceilândia, mas esperamos que os outros territórios periféricos sejam cada vez mais objetos de investigação e reivindicação, partindo da própria população, quando esta toma a história pelas próprias mãos, para assim anunciar um quadro mais complexo que configura este território. Para além do centro e da ideia de localidades que orbitam em torno deste, trata-se de reconhecer a complexa composição do Distrito Federal, as múltiplas identidades e experiências que nele se constroem.

Referência Bibliográfica

- ARENDDT, Hanna. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- BARROS, José D'Assunção. "Fontes Históricas: uma introdução à sua definição, à sua função no trabalho do historiador, e à sua variedade de tipos". *Cadernos do Tempo Presente*. Sergipe: v. 11, n. 02, jul./dez. 2020. (p. 03-26).
- BIROLI, Flávia. *Correio Braziliense*. Rio de Janeiro: CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense>. Acesso em: 15 set. 2021.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.
- CEBALLOS, Viviane Gomes de. "*E a história se fez cidade...*" a construção histórica e historiográfica de Brasília. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: PPGHIS/Universidade de Brasília, 2005.
- CHARTIER. Roger. *A História Cultural, entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel, 2002.
- GOUVÊA. Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social, uma avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.
- GUILDI, Milza. *Incansáveis moradores de Ceilândia*. Brasília: Edição do Autor, 2013.
- História Pirata 28: A História de Brasília e outras Brasília. Entrevistados: Cristiane de Assis Portela e Mateus Gamba. Entrevistadores: Daniel Gomes de Carvalho e Rafael Verdasca. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2RS60U8IAMOzXprYxOGTDe?si=Y9Ku0qbrQly0nw4bZ29iCQ>. Acesso em: 08/05/2021.
- HOBBSAWM, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. "Espaços de Cidadania Insurgente". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. n. 24. Brasília: IPHAN, 1996.
- HOOKE, bell. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

IAMASHITA, Léa Maria Carrer. Educação, civilização e eugenia nos projetos de nação brasileira na década de 1920. In: IMASHATIA, L. M. C. (Org.), *Nação e Modernização no Brasil Republicano: narrativas plurais*. Brasília: Verbena Editora, 2016.

LUIZ, Edson Beú. *Os Filhos dos Candangos: exclusão e identidades*. Dissertação (Mestrado em História). Brasília: PPGHIS/UnB, 2007.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise de Discurso, princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2005.

_____. “A Desorganização Cotidiana”. *Escritos Percursos Sociais e Sentidos nas Cidades*. São Paulo: Universidade de Campinas, n. 1, s.d. [Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos1.pdf>]

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. São Paulo: Autêntica, 2005.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTELA, Cristiane de Assis; SILVA, Anna Lorena Morais. “Enunciando Contra-Hegemonias: narrativas candangas de vaqueiros voadores”. *Revista Em Tempo de Histórias*. Brasília: UnB, n.37, jul/dez 2020. (p. 314-338).

PORTELLI, Alessandro. *Ensaio de História Oral*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

_____. *História oral como arte de escuta*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SETÚBAL, Mariana. “Distopia e Reparação política na Ceilândia de Adirley Queirós”. *Revista Urbana*, São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, v.10, n.3, set/dez, 2018. (pp. 570-590).

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. “A Eugenia no Brasil: ciência e pensamento social no movimento eugenista brasileiro do entre-guerras”. *Anais do XXIII Simpósio ANPUH*. Londrina, 2005.

TAVARES, Breitner. *Na quebrada a parceria é mais forte, juventude Hip-Hop: relacionamentos e estratégias contra a discriminação na periferia do DF*. Tese (Doutorado em Sociologia). Brasília: PPGS/UnB, 2009.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Filmes

A Cidade é uma Só? Direção: Adirley Queirós. Distrito Federal, 2013.

Branco Sai, Preto Fica. Direção: Adirley Queirós. Distrito Federal, 2014.

Declaração de Autenticidade

Eu, *Beatriz de Oliveira Andrade*, declaro para todos os efeitos que o trabalho de conclusão de concurso intitulado *Fragmentos de Pertencimento e Agência: narrativas periféricas do Distrito Federal, da Vila do IAPI à Ceilândia* foi integralmente por mim redigido, e que assinalei devidamente todas as referências e textos, ideias e interpretações de outros autores. Declaro ainda que o trabalho nunca foi apresentado a outro departamento e/ou universidade para fins de obtenção de grau acadêmico.